



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL - PPGAES

ANA CRITINA CRISPIM MAURÍCIO

**A RELAÇÃO ENTRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PERFIL
SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO CCAE - CAMPUS IV DA UFPB**

JOÃO PESSOA

2021

ANA CRITINA CRISPIM MAURÍCIO

**A RELAÇÃO ENTRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PERFIL
SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO CCAE - CAMPUS IV DA UFPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), linha de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior como requisito institucional para obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Mariano Castro Neto

JOÃO PESSOA - PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M455r Mauricio, Ana Cristina Crispim.

A relação entre a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do CCAE da UFPB / Ana Cristina Crispim Mauricio. - João Pessoa, 2021.
93 f. : il.

Orientação: Mariano Castro Neto.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/Educação.

1. Ensino superior - expansão e interiorização. 2. Assistência estudantil. 3. Perfil socioeconômico. 4. Campus IV - UFPB. I. Castro Neto, Mariano. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

RELATÓRIO FINAL DO ORIENTADOR

Eu, **MARIANO CASTRO NETO**, orientador do trabalho final da aluna **ANA CRISTINA CRISPIM MAURICIO**, matrícula **20191010770**, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional/PPGAES, área de concentração em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, da Universidade Federal da Paraíba, após exame da vida acadêmica da mencionada aluna, tenho a relatar que a integralização do Curso foi feita em **30** meses, portanto, dentro do prazo estabelecido pela legislação vigente na UFPB.

Quanto ao desempenho acadêmico, constata-se que a mestranda cursou **24** créditos da Estrutura Curricular a que está submetida e foi aprovada no Exame de Verificação da Capacidade de Leitura em **Língua Inglês**, realizado no dia 14 de setembro de 2018.

Na apresentação do Trabalho Final, intitulado **O PAPEL DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA TRAJETÓRIA UNIVERSITÁRIA DOS ESTUDANTES DO CCAE - CAMPUS IV DA UFPB**, realizada no dia 30 de agosto de 2021, às 14h, por meio da plataforma digital do Google Meet, a mestranda obteve conceito

APROVADA

INSUFICIENTE

REPROVADA

Tendo a Comissão Examinadora sido formada pelos professores:

NOME DOS PROFESSORES	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Mariano Castro Neto (Presidente/Orientador)	DOUTORADO	PPGAES/CE/UFPB
Edinedide Jezini Mesquita Araújo (Membro Interno)	DOUTORADO	PPGAES/CE/UFPB
Ana Lucia Alexandre de Oliveira Zandomeneghi (Membro Externo)	DOUTORADO	Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Diante do exposto, considerando que a Aluna **Ana Cristina Crispim Mauricio**, matrícula nº **20191010770**, dentro do prazo regimental, satifez todas as exigências do Regimento Geral da UFPB, do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação “Stricto Sensu” da UFPB e do Regulamento do Programa (Resolução nº 19/2015), está **apta** a obter o Grau de **MESTRE** em **Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior**, a ser conferido pela Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa (PB), 30 de agosto de 2021.

Prof. Dr. Mariano Castro Neto
Orientador



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO TRABALHO FINAL DA MESTRANDA **ANA CRISTINA CRISPIM MAURICIO**, MATRÍCULA Nº **20191010770**, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR/PPGAES/CE/UFPB.

Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto do ano de 2021 (dois mil e vinte um), às 14h, por meio da plataforma digital do Google Meet, com acesso público através do endereço eletrônico: [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#), realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho Final, no formato de **Dissertação**, da mestranda **Ana Cristina Crispim Mauricio**, matrícula nº **20191010770**, intitulada: O PAPEL DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA TRAJETÓRIA UNIVERSITÁRIA DOS ESTUDANTES DO CCAE - CAMPUS IV DA UFPB. O Curso é regido pela **Resolução Nº 19/2015 do CONSEPE**, com área de concentração em Políticas Públicas Gestão e Avaliação da Educação Superior, e Linha de Pesquisa: **Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior**. Estavam presentes a Comissão Examinadora composta pelos Professores Doutores: Mariano Castro Neto (Presidente/Orientador/PPGAES/UFPB), Edinedide Jezini Mesquita Araújo (Membro Interno/PPGAES/CE/UFPB), Ana Lucia Alexandre De Oliveira Zandomeneghi (Membro Externo à Intuição/Clique ou toque aqui para inserir o texto.) e demais convidados. O Professor Mariano Castro Neto, na qualidade de orientador, declarou aberta a sessão e apresentou os Membros da Comissão Examinadora ao público presente. Em seguida passou a palavra a mestranda **Ana Cristina Crispim Mauricio**, para que no prazo de 30 minutos apresentasse a sua dissertação. Após exposição oral realizada pela mestranda, o Prof. Mariano Castro Neto, passou a palavra aos membros da Comissão Examinadora para que procedessem as arguições pertinentes ao trabalho. Em seguida, a mestranda respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Comissão Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a Sessão foi suspensa pela Orientador, que se reuniu com os Membros da Comissão Examinadora, e emitiu o seguinte parecer:

A Comissão Examinadora considerou o Trabalho Final:

APROVADO

INSUFICIENTE

REPROVADO

com as seguintes observações:

Parecer: A banca examinadora ressaltou a relevância da pesquisa, a qualidade do texto e fundamentos teórico-metodológicos. Sugerindo ajustes nos objetivos e título.

A seguir, o Prof. Mariano Castro Neto apresentou o parecer da Comissão Examinadora aa mestranda **Ana Cristina Crispim Mauricio**, bem como ao público presente. Em ato contínuo, agradeceu a participação dos Membros da Comissão Examinadora, e deu por encerrada a sessão, devendo a aluna, no prazo máximo de **até 90 dias**, depositar a versão final da dissertação no Sistema Acadêmico (SIGAA), contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora. A aluna fica ciente de que se não cumprir as exigências acima não terá o título acadêmico. E para constar, eu, Raquel Pereira de Lima Rodrigues Ferreira, secretária *Ad Hoc*, lavrei a presente Ata que depois de lida, segue assinada por mim, pelos Membros da Comissão Examinadora, e pela mestranda em testemunhos de fé.

João Pessoa (PB), 30 de agosto de 2021.

Raquel Pereira de Lima Rodrigues Ferreira
Técnico Administrativo do PPGAES/CE/UFPB

Mat. 1878429

Prof. Dr. Mariano Castro Neto
(Presidente/Orientador/PPGAES/CE/UFPB)

Prof.ª. Dr.ª. Edinedide Jezini Mesquita Araújo
(Membro Interno/PPGAES/CE/UFPB)

Prof.ª. Dr.ª. Ana Lucia Alexandre De Oliveira Zandomeneghi
(Membro Externo à Instituição/Clique ou toque aqui para inserir o texto.)

Ana Cristina Crispim Mauricio
Mestranda do PPGAES/CE/UFPB)

ANA CRISTINA CRISPIM MAURÍCIO

**A RELAÇÃO ENTRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PERFIL
SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO CCAE - CAMPUS IV DA UFPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior-Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mariano castro Neto
PPGAES/UFPB - Orientador

Profa. Dra. Edineide Jezine Mesquita Araújo
PPGAES /UFPB - Avaliador Interno

Profa. Dra. Ana Lucia Alexandre de Oliveira Zandomenghi
UFAM - Avaliador Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter concedido a oportunidade de persistir nesse objetivo, apesar de estarmos passando por esse momento tão triste da nossa história.

Agradeço a minha família por acreditar junto comigo nos meus objetivos e fazer deles os seus também.

Agradeço a Universidade Federal da Paraíba por possibilitar a qualificação dos seus servidores técnicos administrativos, como também a qualificação de servidores técnicos de outras IES.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação PPGAES e seus professores que fizeram parte da formação da Turma 5. Foi um período de partilha de muito conhecimento, discutindo principalmente sobre o ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Ao Professor Mariano Castro Neto, sou extremamente grata pela orientação, paciência e incentivo. Às Professoras membros da banca examinadora, Edineide Jezine e Ana Lúcia Alexandre, agradeço pelas contribuições a esta pesquisa.

Ao Departamento de Ciências Exatas e ao CCAE agradeço pelo apoio no decorrer do curso. Aos estudantes do Campus IV, minha gratidão pela ajuda na coleta dos dados.

Por fim, agradeço por ter feito parte da Turma 5 do PPGAES, colegas de diferentes setores e campi da UFPB, de diferentes instituições de ensino superior da Paraíba e de outros estados, mas que tinham em comum o mesmo objetivo, a ajuda mútua para que no fim dessa trajetória todos conseguíssemos chegar com êxito.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender a relação existente entre a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do CCAE, Campus IV da UFPB. Para isso, definimos como objetivo geral caracterizar a relação entre a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do Campus IV, e estabelecemos como objetivos específicos descrever o processo de expansão da educação superior responsável pela criação do Campus IV da UFPB; traçar o perfil dos estudantes contemplados com a Assistência Estudantil no CCAE; e apresentar relatório com propostas de melhorias ao PNAES no CCAE. Para o alcance desses objetivos foi realizada entre os meses de março e maio uma pesquisa, com 30 estudantes do CCAE – Unidade Rio Tinto, beneficiados com auxílios estudantis do campus, no período letivo 2019.2. A estes, foi enviado um formulário eletrônico em que procuramos obter os dados referente ao perfil socioeconômico e acadêmico, categorizar o estudante dentro do PNAES, e entender como as ações da assistência estudantil se relacionam com o perfil socioeconômico do estudante do Campus IV. A análise dos dados da pesquisa foi realizada através do método de Análise de Conteúdo, o que nos permitiu discutir por meio da inferência os resultados obtidos. Através dos resultados da pesquisa foi possível observar algumas características comuns aos beneficiários com a assistência estudantil no Campus IV, são jovens, em sua maioria, que advém de famílias em condição de vulnerabilidade social, estudantes que para permanecerem na universidade precisam principalmente de moradia e alimentação. No Campus IV, assim como nas demais IFES do Brasil, a Assistência Estudantil não apresenta a cobertura ideal para promoção da permanência, contudo, no CCAE, apesar das limitações do programa, essa política pública de educação tem mostrado ser de extrema importância na trajetória dos estudantes desse campus.

Palavras-chave: Expansão e Interiorização do Ensino Superior. Assistência Estudantil. Perfil socioeconômico. Campus IV - UFPB.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the role of student assistance in the university trajectory of students from CCAE, campus IV of UFPB. For this, we have set as a general objective to characterize the relationship between student assistance and the socioeconomic profile of the students of the Campus IV, and establish as specific objectives to describe the process of expansion of higher education which one was responsible for creating the Campus IV of UFPB; draw the profile of the student awarded assistance programs at the CCAE; and present a report with proposals for improvements to the PNAES in the CCAE. To achieve these goals, a survey was conducted out between March and May with 30 students of the CCAE - Unit Rio Tinto, which ones were benefited from student campus aid in the school period 2019.2. To these, an electronic form was sent in which we tried to obtain data regarding the socioeconomic and academic profile, categorize the student within the PNAES and understand how the student assistance actions relate to the socioeconomic profile of the student on campus IV. The analysis of the research data was carried out using the Content Analysis method, which allowed us to discuss the results obtained through inference. Through the results of the research it was possible to observe some common characteristics of the beneficiaries of student assistance on Campus IV, most of them are young people who come from socially vulnerable families, students who, in order to stay at the university, mainly need housing and food. In Campus IV, as in other IFES in Brazil, the Student Assistance does not have the ideal coverage to promote permanence; however, in CCAE, despite the limitations of the program, this public education policy has shown to be of extreme importance in the trajectory of students on this campus.

Keywords: Expansion of Higher Education. Student Assistance. Socioeconomic profile. Campus IV - UFPB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Organograma do Centro de Ciências aplicadas e Educação – CCAE.....	42
Gráfico 1-	Cursos dos estudantes respondentes.....	56
Gráfico 2-	Deslocamento à universidade.....	56
Gráfico 3-	Perfil acadêmico.....	57
Gráfico 4-	Tipos de auxílios recebidos.....	60
Gráfico 5-	A Assistência Estudantil na trajetória dos estudantes do CCAE.....	62
Gráfico 6-	A Assistência Estudantil na trajetória dos estudantes do CCAE.....	62
Quadro 1-	Fases da Assistência Estudantil no Brasil.....	33
Quadro 2-	Auxílios – Campus IV.....	49
Quadro 3-	(Questão 25) Propostas dos estudantes para AE do Campus IV.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) – Brasil.....	38
Tabela 2-	Número e percentuais de discentes ativos, diplomados e evadidos do CCAE (2006.2 –2014.1).....	46
Tabela 3-	Média de diplomação nos primeiros anos de alunos concluintes do CCAE.....	47
Tabela 4 -	Estudantes assistidos pelo PNAES na UFPB.....	47
Tabela 5 -	Idade e sexo dos participantes.....	54
Tabela 6 -	Renda familiar.....	54
Tabela 7 -	(Questão 11.2) Principais motivos da desistência de outra graduação.....	57
Tabela 8-	(Questão 12.1) Justificativa para não cursar uma graduação, na falta do CCAE...58	
Tabela 9 -	(Questão 15) Contribuição do auxílio estudantil para a melhoria do desempenho acadêmico.....	61
Tabela 10-	(Questão 20) A importância do PNAES para permanência.....	64
Tabela 11-	(Questão 23) Aspectos Positivos da AE, no CCAE.....	64
Tabela 12-	(Questão 24) Aspectos Negativos da AE, no CCAE.....	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais e Ensino Superior
BM	Banco Mundial
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAIE	Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CF	Constituição Federal
COAPE	Coordenação de Assistência e Promoção Estudantis
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONSUNI	Conselho Universitário
COVID	Corona Virus Disease
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DED	Diretoria de Educação à Distância
EAD	Educação à Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PPGAES	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da

	Educação Superior
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIS	Programa para Integração Social
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PRG	Pró-Reitoria Graduação
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Educação Superior
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SRU	Superintendência de Restaurantes Universitários
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UE	União Européia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Cultura e a Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 A ORIGEM DO TRABALHO	13
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.3 OBJETIVOS	15
1.3.1 Objetivo geral	15
1.3.2 Objetivos específicos	15
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	15
1.5 ADERÊNCIA DO TEMA DA PESQUISA COM O PROGRAMA.....	16
1.6 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	16
2 POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	18
2.1 PRINCIPAIS PROGRAMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	22
2.1.1 ENEM e SiSU	22
2.1.2 PROUNI e FIES	24
2.1.3 UAB	25
2.1.4 REUNI	26
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FINS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	28
3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES	31
3.1 CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS IV DA UFPB.....	37
4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	48
4.2 A ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA	48
4.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	50
4.4 TÉCNICA DE COLETA	51
4.5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICE	84
ANEXO	90

1 INTRODUÇÃO

O início do século XXI tornou o ensino superior um tema político na sociedade do conhecimento como também, um objeto de pesquisa e de reflexão em diferentes domínios, especialmente no campo da ciência da educação. Esse fenômeno pode ser observado em diversos países, no Brasil ele pode ser constatado em virtude da emergência de estudos e pesquisas sobre as transformações que esse nível de ensino viveu nas duas últimas décadas (COULON, 2017).

No período de 2003 a 2010, anos do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas da educação superior foram pautadas, de acordo com Veloso, Nogueira e Luz (2014), pelo debate da democratização do acesso, o que caracterizava mudanças na educação superior ocorridas no governo anterior, do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003). Já o governo da Presidente Dilma Rouseff (2011 a 2016), que sucedeu o presidente Lula, manteve a pauta na defesa da democratização do acesso. Para isso, estes dois governos promoveram ações de expansão e ampliação da educação superior.

Pois, embora o ensino superior seja considerado um direito social desde a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, foi necessário a criação de políticas que promovessem a renovação e o desenvolvimento do ensino superior, tendo em vista que, comparado a outros países da América Latina o Brasil apresentava um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, sendo a porcentagem de matriculados entre 18 e 24 anos, de 12%, comparando-se desfavoravelmente com índices de outros países como Chile (20,6%), Venezuela (26%) e Bolívia (20,6%) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001).

Ao ser reconhecida como direito social, a Educação passa ser regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação ((LDB – Lei Nº 9.394/96) e, para dar cumprimento ao disposto na CF, foram desenvolvidos os Planos Nacionais de Educação. Este cenário incentivou o Estado à adoção de um conjunto de políticas sociais educacionais voltadas para a expansão e ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil.

Dentro dessa proposta de inclusão de estudantes no ensino superior, o Estado contou com ações na esfera privada, através do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e na esfera pública, através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), complementado com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Essas políticas preveem não apenas o aumento

quantitativo de vagas, mas também estabelecem condições para que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica encontrem condições satisfatórias para sua permanência até a conclusão do curso (PINTO, 2015).

A ampliação do acesso ao ensino superior ainda contou com a Lei de Cotas, em que estudantes economicamente vulneráveis, negros, pardos, indígenas e deficientes tiveram suas condições de ingresso ampliadas no ensino superior. Contudo, se o ingresso desses jovens no ensino superior representou uma vitória, a outra seria certamente garantir sua permanência e finalização do curso (ZAGO, 2006). Diversos trabalhos desenvolvidos sobre as ações de expansão da educação superior demonstram que o ingresso do estudante no Ensino Superior no Brasil é uma realidade, logo, o debate não deve mais ser sobre o acesso, puro e simplesmente, mas o acesso a esse nível de ensino com garantia de permanência e formação de qualidade.

De acordo Castelo Branco (2020), entrar em um sistema de ensino, seja ele na educação básica ou superior, não é garantia de ampliação de capital cultural, social e simbólico, nem tampouco garantiria aos alunos em situação de vulnerabilidade a sua mudança de padrão social, cultural e econômico, visto que, apesar do aumento significativo do número de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES), tanto públicas quanto privadas, os estudantes em situação de vulnerabilidade ainda enfrentam enormes obstáculos de permanência no ensino superior.

Estudos indicam que o fenômeno da evasão no ensino superior está relacionado à ocorrência de fatores internos e externos as instituições, às características pessoais dos estudantes, entre outros (TINTO, 1975; ZAGO, 2006). Contudo, as dificuldades financeiras são apontadas pelos estudantes como um dos principais argumentos para evasão (SILVA et al., 2007). Esse fator, associado a outros, como dificuldades no âmbito pedagógico, podem acarretar comprometimento no desempenho acadêmico e conseqüentemente abandono da graduação (LOBO, 2006; SAMPAIO *et al.*, 2011).

No sentido de minimizar as dificuldades dos estudantes de baixa renda permanecerem na universidade, a assistência estudantil vem representando uma importante estratégia, cuja finalidade visa ampliar as condições de jovens continuarem na educação superior pública federal por meio da democratização, a fim de diminuir os efeitos das desigualdades sociais e regionais; e garantir a conclusão da educação superior e a redução de taxas de retenção e evasão.

Com o propósito de analisar a relação entre a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes no Ensino Superior, escolhemos como campo de pesquisa o

Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE), Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizado nos municípios de Rio Tinto e Mamanguape. Este campus foi criado em 2006 dentro do contexto da primeira fase de expansão da educação superior, Programa Expandir (2003-2006), “Expansão com Interiorização”. Contudo, dez anos após a sua criação, verificou-se que o Campus IV apresentou baixos índices de formação e elevadas taxas de retenção e evasão (UFPB/PRG 2016).

Esses indicadores desfavoráveis ao campus fizeram a UFPB apresentar como uma das propostas para reversão desse quadro, a ampliação da assistência estudantil no CCAIE. Acreditava-se que o aumento do número de alunos beneficiados com os auxílios do PNAES no campus poderia promover a permanência dos estudantes em seus cursos, tendo em vista que o CCAIE foi implantado em uma região com pouco socioeconômico. Assim, nossa pesquisa, visa, portanto, compreender a relação entre a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação do CCAIE, Campus IV da UFPB.

1.1 A ORIGEM DO TRABALHO

O tema sobre as políticas de assistência estudantil no Campus IV da UFPB surgiu da prática diária como técnico administrativo neste campus. Lotada no Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAIE (único Centro de Ensino do Campus IV) desde 2008, dois anos após sua implantação e, trabalhando em uma secretaria de gestão acadêmica que lida diretamente com os discente, foi possível acompanhar várias solicitações, mobilizações e greves de estudantes para o atendimento de demandas na área da assistência estudantil.

Esses atos ocorreram principalmente em virtude dos poucos auxílios assistenciais disponíveis para os estudantes nos primeiros anos de instalação do campus, apesar do CCAIE estar localizado em uma das regiões mais pobres da Paraíba, e de sua criação ter como justificativa, o desenvolvimento de ações voltadas às necessidades da vida educacional, cultural, social e econômica dos habitantes da microrregião do Litoral Norte e dos municípios vizinhos.

Mas, embora, o Campus IV tivesse como objetivo o desenvolvimento da região por meio das ações da universidade, na prática como técnico administrativo foi possível perceber que muitos de seus estudantes estavam abandonando seus cursos. Essa percepção pôde ser constatada através do “Relatório da Análise de Formação, Retenção e Evasão de alunos de Graduação do

Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE”, divulgado pela Pró-Reitoria Graduação da UFPB (PRG), em 2016. Neste Relatório em que constavam as altas taxas de retenção, evasão e os baixos índices de alunos formados no CCAE, no período de dez anos, também apresentava que esse cenário desfavorável procuraria ser transformado principalmente com a ampliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), desenvolvido na UFPB.

Passados alguns anos da publicação do Relatório da PRG (2016), segundo a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), da UFPB, grande parte dos estudantes do CCAE recebe algum auxílio da assistência estudantil desenvolvida no campus, entretanto, no atual cenário de crise econômica, em que políticas de assistência estudantil sofrem constantes incertezas do poder público, surgiu o interesse em pesquisar, a relação entre a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação no CCAE.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O ingresso no ensino superior no Brasil parece ter sido relativamente alcançado por meio das políticas de expansão da educação superior, tanto nas instituições privadas como públicas. A presença de grupos que durante muito tempo estiveram excluídos dessas instituições foi sentida com bastante intensidade, contudo, foi percebido que esses grupos preteridos do ensino superior enfrentam muitas dificuldades para permanecer e concluir sua formação seja numa IES privada ou pública.

Diferentemente das instituições particulares, para evitar a evasão nas instituições federais foram criadas políticas de assistência estudantil através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que se destina auxiliar estudantes de baixa renda a permanecerem nas universidades. No entanto, desde o Impeachment da Presidente Dilma se verifica na educação superior pública um movimento à recessão e cortes sistemáticos (MANCIBO, 2018), que podem impactar negativamente na permanência de estudantes no ensino superior, especialmente em campi do interior do país, regiões que costumam ser pouco desenvolvidas economicamente, caso do Campus IV da UFPB.

Com base nessas observações e atenta às transformações socioculturais que se problematizou sobre a necessidade de investigar as implicações das ações da assistência estudantil no Campus IV da UFPB, optou-se por iniciar a investigação a partir do seguinte

questionamento: Qual a relação entre a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do Campus IV da UFPB?

1.3 OBJETIVOS

Na busca de respostas para essa indagação foi necessário sistematizar o processo de pesquisa e para isso definiram-se os objetivos gerais e específicos, que concretizam a finalidade do presente estudo.

1.3.1 Objetivo geral

- Caracterizar a relação entre a Assistência Estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do Campus IV da UFPB.

1.3.2 Objetivos específicos

- Descrever o processo de expansão da educação superior responsável pela criação do Campus IV da UFPB;
- Traçar o perfil dos estudantes contemplados com a assistência estudantil no CCAE;
- Apresentar relatório e propor melhorias ao PNAES no CCAE, a partir da pesquisa realizada.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A relevância acadêmica e sócio-educativa desta pesquisa justifica-se na perspectiva de apresentar novos elementos teórico-práticos e epistemológicos para a construção de políticas de assistência estudantil que auxiliem na permanência no Campus IV da UFPB, bem como das novas relações que estão se constituindo entre a prática e as discussões teóricas, esta, em especial mediada pela ação e reflexão das políticas de assistência estudantil aplicadas no Campus IV da UFPB, sob a ótica dos estudantes.

Deste modo, justifica-se a importância desta abordagem e a pertinência deste estudo que, na perspectiva de analisar a relação entre os programas de assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do Campus IV, poder possibilitar a apresentação de uma proposta para melhoria dessas políticas.

1.5 ADERÊNCIA DO TEMA DA PESQUISA COM O PROGRAMA

O PPGAES possui como objetivos preparar os servidores técnicos administrativos das Instituições de Ensino Superior, de modo que estes desenvolvam reflexões críticas na área de políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior, como também proponham sugestões de melhorias a problemas que se apresentam no cotidiano da universidade.

Neste sentido, este trabalho sobre a relação entre as políticas públicas de educação e o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação do Campus IV, tem aderência à linha de pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior; e busca através da discussão do tema auxiliar na consolidação da democratização do ensino superior no CCAE.

1.6 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

No capítulo I, a introdução apresenta o tema a ser estudado, sua origem, problematização, objetivos, justificativa, delimita a pesquisa e a relação desta com o Programa de Pós-Graduação, bem como, a forma de organização dos capítulos.

O capítulo II descreve o processo de expansão da educação superior no Brasil, nesse sentido, são relacionados os principais programas e suas respectivas ações, conceituadas como políticas públicas de educação.

Já o capítulo III faz um levantamento das primeiras iniciativas de assistência ao estudante do ensino superior no país, além de relatar o processo que desencadeou o atual Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. As ações do programa desenvolvidas na UFPB e o processo de criação e implantação do Campus IV também são parte desse capítulo.

O IV capítulo, caracteriza a pesquisa, o campo de pesquisa, o objeto de estudo, os sujeitos da pesquisa e os procedimentos de coleta e análise dos dados. Também, apresentamos como resultado final da pesquisa, um relatório diagnóstico a ser encaminhado à Coordenação de

Assistencia Estudantil do CCAE. Por fim, seguem as considerações finais do trabalho, as referências bibliográficas, anexos e apêndices.

2 POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A educação, conforme estabelecido na Constituição Federal, é um instrumento fundamental para se alcançar a cidadania, mas também vem sendo considerada uma ferramenta essencial para reversão de desigualdades sociais. Dessa forma, a educação tem sido um dos principais temas de debate entre sociedade civil e o Estado, principalmente no que se refere à democratização do ensino superior.

Embora a educação superior não seja dever do Estado para com todos, a legislação maior do país preconiza que essa etapa de ensino deve ser garantida segundo a capacidade de cada um. Neste ponto, encontram-se muitas das discussões sobre a responsabilidade do Estado em garantir o acesso à educação superior aos seus cidadãos. Diante do que prescreve a CF/88, decidiu-se trabalhar com a ideia de democratização da educação superior como sinônimo de ampliação da oferta ou como expansão vinculada a mecanismos de seleção e diversificação do ingresso. Contudo, este entendimento de democratização da educação superior tem diversos desdobramentos (MELO, 2009).

De acordo com Souza (2016), o termo democratização na acepção da ampliação de ofertas de vagas encontra-se também em estudo de Trow (2005), em que o autor apresenta três fases que tratam da mudança de etapas no interior do Sistema da Educação Superior. As etapas seriam o “sistema de elite”, o “sistema de massa” e o “sistema universal”. A transição entre essas fases é percebida através do número de matrículas.

Para Trow (2005), o sistema de elite é aquele que atende até 15% do grupo etário relevante, na educação superior a faixa etária entre 18 e 24 anos. O acesso e a seleção dessa fase do sistema levam em conta sua origem social e há uma relação direta com o privilégio de nascimento, o talento ou ambos; toma como base uma política meritocrática alicerçada no fator desempenho.

Já o sistema de massa atende entre 16% e 50% do grupo etário relevante, apresentando-se totalmente consolidado em relação ao sistema de elite quando passa a admitir mais de 30% das matrículas do grupo etário de 18 a 24 anos. Nesse sistema, os mecanismos de acesso e seleção para a educação superior são ampliados para um grupo bem maior e deixa de ser um privilégio de uma determinada classe social, passando a se configurar como “um direito para aqueles com certas qualificações” (TROW, 2005, p.5). Segundo Souza (2016), essa nova configuração

apresenta efeitos positivos para as lutas sociais pelo direito à educação, que se fortalecem à medida em que o Sistema supera a concepção de educação superior como privilégio de classe e assume a concepção de direito. Entretanto, o autor ressalta que o “sistema de massa” ainda mantém a perspectiva meritocrática, porém, as formas de acesso e seleção são organizadas pela integração de critérios por políticas compensatórias, que visam garantir igualdade de oportunidades.

A terceira etapa de mudanças no interior do Sistema de Educação seria o “sistema de acesso universal”, aquele que possui capacidade de atender mais de 50% do grupo de 18 a 24 anos. Segundo Trow (2005, p.18), nesse sistema o acesso passa a ser definido como “uma obrigação para as classes média e média alta”. Isso devido à perspectiva desse sistema ser para as classes mais pobres, o da justiça social no sentido de tornar-se uma conquista da igualdade entre os grupos e classe e não mais de igualdade de oportunidades individuais. Quando um sistema de ensino se torna universal, as classes média e alta são automaticamente atendidas, mas cria-se a possibilidade de uma maior participação da fração mais pobre da sociedade.

Considerando as fases classificadas no estudo de Trow (2005), o Brasil vem avançando em seu Sistema de Educação Superior, entretanto, ainda não é possível afirmar que o “sistema de massa” está consolidado em relação ao “sistema de elite”, pois, para Trow (2005), isso ocorre quando o sistema passa a admitir mais de 30% das matrículas do grupo etário alvo. E o Brasil esteve por muito tempo, enquadrado no sistema de elite em que predominava como mecanismos de acesso e seleção de estudantes a origem social e a meritocracia.

Para possibilitar que não apenas jovens da elite ocupassem os espaços nas universidades, mas também jovens oriundos dos grupos desiguais frequentassem e concluíssem sua formação acadêmica, reformas educacionais e políticas públicas para este fim foram criadas no Brasil. Na década de 90, a reforma educacional, assim como as políticas sociais deveriam ser estabelecidas não mais pelas demandas sociais e sim pelas determinações econômicas, em consonância com as orientações dos organismos financeiros internacionais. Diante disso, os países tratam de reorganizar suas instituições e sistemas sociais visando responder às diferentes demandas de natureza econômica, política, ideológicas e sociais, resultantes da nova agenda internacional, advindas do Consenso de Washington. Esse termo veio do encontro em 1989, do governo norte-americano com os organismos financeiros internacionais em que se estabeleceu a nova fase do capitalismo (PRESTES; SOUSA JUNIOR, 2017).

As medidas prescritas pelo Consenso de Washington repercutiram no direcionamento da educação brasileira, e nas universidades públicas provocaram mudanças nas suas identidades e funções sociais. A educação, que segundo Prestes e Sousa Junior (2017), era concebida como subsistema social com função legitimadora do sistema social, passou a ser fortalecida como mecanismo capaz de oferecer respostas e convencimentos a essa nova conjuntura.

A educação como demanda de grupos excluídos relacionada a justiça social e a capacidade de diminuir as desigualdades de classe, prestava-se também, para contemplar as exigências da nova sociedade informacional, onde o conhecimento se apresentava como um fator determinante para a produtividade, competitividade e desenvolvimento, como também articulava os interesses de reprodução e qualificação de força de trabalho.

Diante dessa nova concepção da educação, o Estado brasileiro promove diversas mudanças quantitativas e qualitativas em todos níveis da formação escolar a fim de atender ao novo paradigma do mundo trabalho. No ensino superior, a ideologia neoliberal, atribui a função deste nível de ensino de contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade no mundo do trabalho, considerando desnecessária a produção nacional de conhecimento tecnológico e prescindindo, portanto, da forma de organização educacional que prevê a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (NEVES; FERNANDES, 2002).

Cria-se um novo modelo de organização acadêmica, os centros universitários que passam a se constituir em instituições de ensino pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, e ganham autonomia para criar, organizar e extinguir, cursos e programas de educação superior, além de outras atribuições. São Instituições de Ensino Superior (IES) que rompem com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visto que, apenas as IES universitárias precisam manter essa relação.

Assim como o Brasil, diversos países acabam adotando as ideias difundidas pelos organismos multilaterais como OCDE, BM, Unesco e UE, sobre os benefícios “materiais e imateriais” da educação superior; expansionista, centrada nas valorizações democráticas e coletivas, nas liberdades e nos méritos individuais, no desenvolvimento científico e nos benefícios econômicos para os governos (PRESTES; SOUSA JUNIOR, 2017).

Resultante dessas orientações, coerentes com as novas demandas do capital internacional e com as recomendações de organismos multilaterais, em 1996, é promulgada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que

possibilitou um novo ordenamento jurídico para a educação e introduziu modificações no campo da educação superior. Destacamos, como consequência, dessa legislação: o desenvolvimento de instituições de ensino superior públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização (art. 45 da LDB); a distinção entre as IES privadas sem fins lucrativos e com fins lucrativos (Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997); a diversificação das IES, ao redefinir sua organização acadêmica para universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores (art. 4º do Decreto nº 2.306, de 9 de agosto de 1997) (VELOSO; MACIEL,2015).

Esse contexto, bem como as pressões dos seguimentos sociais que reivindicavam o acesso ao ensino superior, resultou no processo de expansão da educação superior no país. A educação, vista como um instrumento fundamental para se alcançar a cidadania, passa também a ser considerada uma ferramenta essencial para reversão de desigualdades sociais. Nessa perspectiva, a transição de um sistema de elite para um sistema de massa torna-se um desafio para a democratização do ensino superior brasileiro.

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado para o período 2014-2024 traz como uma de suas metas elevar a taxa bruta de matrículas do ensino superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% das novas matrículas no seguimento público (BRASIL, 2014). Para dar cumprimento a essa meta da expansão, algumas estratégias se destacam:

Estratégia 12.2: ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil [...];

Estratégia 12.5: ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES [...], na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

Estratégia 12.9: ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da Lei (BRASIL. PNE, (2014-2024).

Dessa forma, a elaboração de estratégias para o cumprimento da Meta 12 do PNE está diretamente ligada ao aumento da oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede

federal de ensino, à ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil a alunos das instituições públicas, à concessão de bolsas em instituições privadas e ao atendimento ao crédito estudantil.

2.1 PRINCIPAIS PROGRAMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Atualmente, no cenário nacional da educação superior, existe uma diversificação de políticas de atendimento destinadas aos setores público e privado, que de alguma forma, modificam a realidade dos estudantes que almejam ingressar na educação superior. São políticas que, no contexto de desenvolvimento do direito à educação, ampliam-se em medidas governamentais e contribuem para a transição de um “sistema de elite” para um “sistema de massa”. As principais ações de programas que compõem essa política de atendimento são: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema de Seleção Unificada (SiSU), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Universidade Aberta do Brasil (UAB), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Estes programas serão abordados nos próximos subitens:

2.1.1 ENEM e SiSU

O ENEM foi criado pelo governo federal, em 1998, por meio de Portaria Ministerial nº 438, de 28 de maio de 1998, sendo o gerenciamento de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Seu objetivo inicial era avaliar o desempenho do estudante e também a qualidade da educação básica.

Ramalho e Núñez (2009) apontam que no contexto de mudanças no Ensino Médio, o ENEM:

[...] concebido, inicialmente, como um teste optativo e aplicado pela primeira vez em 1998, o ENEM constrói sua trajetória marcada por contradições inerentes a uma nova e importante experiência, de grande proporção e de nível nacional, [...]. Tornou-se, portanto, o principal instrumento de avaliação da Implantação da Reforma nas escolas públicas e privadas, sinalizando para o MEC as diferenças entre redes e revelando as deficiências a serem superadas (RAMALHO; NÚÑEZ, 2009, p.8).

Ao longo dos anos, a proposta do ENEM foi sendo modificada e ampliada. Com a instituição pelo MEC do PROUNI, os estudantes começam a utilizar sua nota do exame como critério de seleção para concorrerem a bolsas de estudos integrais ou parciais, para cursos no ensino superior privado. Outra maneira de aproveitar o resultado do exame é complementando ou substituindo o vestibular como critério de seleção para o ingresso nas universidades públicas federais.

Tal ampliação teve como finalidade democratizar o acesso ao ensino superior, sem, contudo, modificar o que preconiza a CF/88 sobre a certificação do mérito para ingresso nesta etapa de ensino, mantendo a garantia do direito à educação superior segundo a capacidade de cada um.

O ENEM é utilizado também no SiSU, que, instituído pela Portaria Normativa nº 2, de 26/01/10, trata-se de um sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do ENEM e ainda reservam uma porcentagem das vagas conforme a Lei Federal de Cotas (Lei nº 12.711/2012).

O SiSU vem ao encontro de uma das metas do REUNI, apresentando-se como uma forma inovadora de ingresso no ensino superior, pois oportuniza que estudantes das mais variadas regiões do país possam concorrer às vagas ofertadas por universidades do Brasil inteiro sem a necessidade de deslocamentos, já que todo o processo ocorre por meio do sistema informatizado.

Um dos aspectos positivos de um exame nacional e de um sistema como o Sisu é o favorecimento da mobilidade dos estudantes para instituições de ensino superior nos mais variados locais do país, possibilitando também que sujeitos oriundos de regiões menos desenvolvidas desloquem-se para outras mais desenvolvidas. Esta mobilidade é interessante não somente para a criação de lideranças em todos os estados da federação, mas igualmente para estabelecer um ambiente multicultural em nossas universidades (BARBOSA, SILVA, SILVEIRA, 2015, p.1-2).

Certamente que a mobilidade acadêmica idealizada para os universitários da graduação deverá estar acompanhada por políticas de assistência estudantil que visam atender as diretrizes do PNAES nas diversas demandas apresentadas pelos estudantes, tais como: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (PNAES, 2010).

2.1.2 PROUNI e FIES

O PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica aos estudantes brasileiros não possuidores de diploma de nível superior. Instituído pela Lei nº 11.096/2005, oferece a isenção de tributos àquelas instituições que aderirem ao programa.

O PROUNI tem como público-alvo os estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários-mínimos. Também podem ser beneficiados os professores da rede pública que optem por fazer cursos de licenciatura, nesse caso não sendo necessário comprovar renda, assim como no caso dos estudantes com deficiência. Para se candidatar ao PROUNI, é preciso ter participado do ENEM e alcançado uma pontuação mínima estabelecida pelo programa. Suas notas são, então, utilizadas como critério de distribuição das bolsas.

Segundo a ANDIFES, já em 2013, os universitários beneficiados pelo PROUNI e pelo FIES somavam 31% do total das matrículas na educação superior privada. O percentual representava 1,66 milhão de alunos de um total de 5,34 milhões fazendo cursos presenciais em instituições particulares. O PROUNI, sem dúvida alguma, democratiza o acesso à educação superior, porém, ao invés do poder público investir na ampliação da oferta de vagas em instituições federais de ensino, ele privilegia as instituições privadas, concedendo isenções fiscais. Ou seja, para cumprir a meta do PNE de ampliar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos no ensino superior até 2024, o MEC optou por conceder benefícios ao invés de promover direitos. “Até como mera política assistencialista o PROUNI é fraco, porque espera que as IES privadas “cuidem” da permanência do estudante” (CATANI, HEY, GILIOLI, 2006, p. 137).

Outra problemática que a oferta de vagas em instituições privadas traz é com relação à permanência desses estudantes contemplados com o PROUNI. Se, por um lado, o poder público concede o benefício da isenção de custos de uma vaga no setor educacional privado, por outro, não garante o direito à permanência desse estudante. Ou seja, “abre o acesso à educação superior, mas não oferece mais do que um arremedo de cidadania de segunda classe aos contemplados” (CATANI, HEY, GILIOLI, 2006, p. 137).

Mais um instrumento de acesso à educação superior é o financiamento dos estudos por meio do FIES. Criado em 1999 e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, o FIES financia as mensalidades do curso superior para estudantes matriculados em instituições privadas, além de estudantes beneficiados com bolsas parciais do PROUNI que, ainda assim, não conseguem arcar com as mensalidades da instituição privada a que estão vinculados. Estes podem se inscrever no programa de financiamento estudantil, e depois de formados, devolver aos cofres públicos apenas o valor referente à outra metade da mensalidade.

O poder público cria novas formas de democratizar o acesso em forma de investimento privados por meio do aumento maior de vagas em instituições privadas, no entanto, o FIES, assim como PROUNI, carrega em si o não aporte de políticas de assistência estudantil aos estudantes subsidiados pelo programa e que tenham características de fragilidade socioeconômica (SOUZA, 2016).

2.1.3 UAB

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do MEC que foi criado por meio do Decreto n.º 5.800/2006 para ofertar educação superior gratuita na modalidade à distância e tem como finalidade expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país. Os cursos oferecidos pela UAB possuem foco na formação de professores e na administração pública e objetivam atender professores da rede pública de ensino básico.

São objetivos do Sistema UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior à distância;
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL/MEC, 2006).

Atualmente, a UAB, está sob a responsabilidade da Diretoria de Educação à Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). São

ofertados cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo), sequencial e pós-graduações lato sensu e stricto sensu. A UAB é um dos mecanismos que o governo utiliza como estratégia de expansão e interiorização da rede federal de educação superior para cumprir as metas definidas e, assim, alcançar a consolidação de um “sistema de massa”. Esse mecanismo, aliado aos Sistemas de Tecnologia da Informação, abre, sem dúvida alguma, novas possibilidades de conhecimento e transformação no processo de ensino-aprendizagem. “A Educação à Distância (EAD) é uma alternativa tecnológica [...] que se apresenta como um caminho privilegiado de democratização da educação e que muito pode colaborar para [...] a constituição de uma sociedade mais igualitária e justa” (MATA, 1995, p. 10-11).

Todavia, visto que a UAB oferta cursos na modalidade de educação à distância, logo, seus estudantes não terão direito de serem contemplados com as políticas educacionais de permanência, o que pode provocar, assim como a outros programas desprovidos dessas políticas, altas taxas de evasão em seus cursos.

2.1.4 REUNI

O REUNI é um programa do governo federal instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que objetiva “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007). Com o REUNI, o governo federal objetivou a retomada do crescimento do ensino superior público federal, propondo expandir física, acadêmica e pedagogicamente as universidades.

As ações do REUNI buscavam promover a descentralização da IFES, especialmente a sua interiorização, permitindo maior cobertura geográfica do acesso ao ensino superior federal, como também a ampliação dos cursos noturnos e o combate à evasão. Com relação às diretrizes do programa, é possível observar que a demanda por ampliação da inclusão e de assistência estudantil para permanência ganham espaço juntamente com outras questões ligadas à educação superior pública federal:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o

aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Além das medidas destacadas do REUNI, outras ações proporcionam a diversificação do ingresso ao ensino superior, como a ampliação da Rede Tecnológica, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e as Políticas de inclusão dos povos indígenas nas universidades públicas.

Destacam-se, ainda, nas políticas de acesso à educação superior pública, à política de reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, e a Lei de Cotas. A implementação desta Lei, nº 12.711/12 significou a abertura de oportunidade de acesso a estudantes por meio da reserva de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas nos cursos de graduação, devendo, dentre essas vagas, reserva 50% (cinquenta por cento) aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita. As vagas de que trata o art.1º da Lei de Cotas serão preenchidas em cada instituição federal de ensino superior, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção, no mínimo, igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As ações do REUNI juntamente com as de acesso à educação superior pública surgem no cenário nacional com a necessidade de se garantir que elas estejam acompanhadas por políticas de assistência estudantil para permanência como forma de oportunizar o sucesso das políticas de democratização da educação superior, oferecendo as condições necessárias para que o estudante tenha meios para continuar e concluir o curso de graduação que escolheu, com as mesmas oportunidades que os demais.

Assim, neste trabalho, iremos analisar a relação entre o perfil socioeconômico dos estudantes do CCAE e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), este, compreendido como política pública que atua na trajetória dos estudantes e como um direito

social baseado no artigo 6º da Constituição Federal, além de artigos que tratam da igualdade de oportunidades. As ações do PNAES seriam uma forma de garantia desse direito social.

Nesse rumo, a sessão seguinte tem a intenção de apresentar a origem, conceitos, características e tipos de políticas públicas que resultaram às políticas de assistência estudantil no Brasil.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A terminologia “Políticas Públicas” tem sido notável em diversas áreas e está regulada na maneira pela qual as decisões políticas são definidas racionalmente diante do surgimento de problemas e demandas públicas. A política pública pode ser vista também como uma diretriz elaborada para o enfrentamento dos desafios sociais. O problema público, por sua vez, consiste na diferença entre a atual circunstância e a realidade pública idealizada, tornando-se o elemento crucial para definir se uma política é pública (SECCHI, 2013).

Políticas Públicas são políticas de responsabilidade do Estado, quanto a formulação, implementação e manutenção, estabelecida com base num processo de tomada de decisões que envolvem organismos da sociedade política (Estado) e entidades da sociedade civil. As políticas públicas, via de regra, são formuladas num processo contraditório e complexo, pois envolvem interesses de vários segmentos que desejam garantir direitos, especialmente aqueles vinculados às necessidades básicas dos cidadãos, como educação, saúde, assistência e previdência social (HOFLING, 2001).

Dependendo da ligação de força dos representantes desses segmentos essas políticas podem intensificar seu caráter público, isto é, atender as necessidades de quase todos, da coletividade, acima dos interesses privados de determinados grupos no poder. Pereira (2008) sintetiza Política Pública como um conjunto de decisões e ações que resultam em ingerências do Estado e da sociedade e apresenta algumas características:

[...] concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis. Ou melhor, os direitos sociais declarados e garantidos nas leis, são, de regra, conquistas da sociedade e só tem aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços. (PEREIRA, 2008, p.95).

Para Di Giovanni (1998), a política pública vai além da ideia de ser uma simples intervenção do Estado, ou seja, é uma forma contemporânea de exercício de poder, nas sociedades democráticas, resultantes da complexa relação entre Estado e a sociedade.

Pereira (2008) esclarece que, não é o fato de ser implementada pelo Estado que caracteriza uma política como pública e sim a sua abrangência e o fato de representar uma opção pautada pelo interesse comum, estando destinada a todos os membros de uma sociedade que se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo.

Embora o Estado se identifique predominantemente com os interesses das classes dominantes, relaciona-se com toda a sociedade e atua como mediador desses interesses antagônicos atendendo parte das demandas das classes populares a fim de manter o controle e a organização da sociedade. Para controlar e gerir as necessidades, interesses e objetivos diversos da sociedade e dos diferentes grupos sociais que a compõem, o Estado implementa ações que se materializam em políticas públicas. Pois, para Azevedo (1997), uma política pública para determinado grupo se constitui a partir de uma questão socialmente problematizada, a partir de um problema que passa a ser discutido amplamente pela sociedade, exigindo a atuação do Estado.

De acordo Secchi (2013), Lowi cria a tipologia das políticas públicas baseada no impacto esperado na sociedade. Segundo esse critério, as políticas públicas são de tipos:

- Políticas regulatórias: estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados. Exemplos desse tipo de políticas são as regras para segurança alimentar, para operação de mercado financeiro, regras de tráfego aéreo, códigos de trânsito, leis e código de ética em assuntos como aborto ou eutanásia ou, ainda, proibição de fumo em locais fechados e regras para publicidade de certos produtos;
- Políticas distributivas: geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda coletividade/contribuintes. Exemplos desse tipo de política pública são subsídios, gratuidade de taxas para certos usuários de serviços públicos, incentivos ou renúncias fiscais, etc.;
- Políticas redistributivas: concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores. É um tipo de política que provoca muitos conflitos, pois representa um jogo de soma zero. Exemplos clássicos são

cotas raciais para as universidades, políticas de benefícios sociais ao trabalhador e os programas de reforma agrária. (SECCHI, 2013, p. 17-18)

As políticas sociais como modalidade das políticas públicas redistributivas se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio para redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico e caracterizadas por sua abrangência, geralmente relacionadas às áreas da educação, previdência, habitação, saneamento (HOFLING, 2001).

Pereira (2008, p.102), assim afirma sobre os direitos sociais que devem ser concretizados pelas políticas públicas:

Os direitos com os quais as políticas públicas se identificam, e devem concretizar, são os direitos sociais, que se guiam pelo princípio da igualdade, embora tenham no seu horizonte os direitos individuais – que se guiam pelo princípio da liberdade. A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato de esses direitos terem como perspectivas a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores em realidade; (PEREIRA, 2008, p.102).

No Brasil, a educação superior foi, por um longo período um direito social difícil de ser alcançado pela população de baixa renda, logo, como a formação superior não esteve destinada a esse público, seu acesso e permanência nas universidades tornou-se complexo de se efetivar. Esse nível de ensino passou, portanto, ser um demonstrativo aparente de desigualdade social, indicando uma estreita relação entre desigualdade social e educacional.

Com a intensão de romper essa ligação estreita entre pessoas de baixa renda e excluídos da educação superior pública, nos últimos anos políticas públicas de expansão e de democratização do acesso ao ensino superior tem sofrido significativos incentivos. No entanto, o alcance das metas do governo para este nível de educação dependerá de outras medidas que viabilizem não somente o acesso, mas que passam necessariamente pela implementação de uma política de permanência do estudante na universidade, portanto, a política pública analisada neste trabalho remete a questão da assistência estudantil.

3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES

No Brasil a regulamentação da assistência estudantil em âmbito governamental, admitindo-a como uma política pública, é um fato relativamente recente, porém, as discussões e debates acerca do tema são bem antigos, coincidindo com o período de criação das primeiras universidades, por volta de 1930.

A primeira ação caracterizada de assistência estudantil brasileira foi a criação da Casa do Estudante em Paris, no Governo de Washington Luís, em 1928 (ARAÚJO, 2007). Já as primeiras ações de assistência estudantil no Brasil são de 1930, e surgem com a promulgação do Decreto nº 19.851, denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras. Neste decreto, o Estado reconheceu a assistência estudantil, regulamentou ações de assistência aos estudantes de institutos de Ensino Superior, abarcando a concessão de bolsas de estudo e de serviços de assistência médica e hospitalar (PINTO; DAVID; MACHADO, 2015).

Em 1934, a assistência estudantil foi incorporada à Constituição Federal, em que estabelecia a educação como direito de todos e determinava que a União, os Estados e o Distrito Federal formassem fundos de educação, destinando parcelas destes fundos para a aplicação em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL,1934).

Nas duas últimas décadas, com a educação superior sofrendo um processo de reforma alicerçado, sobretudo, na ênfase dada ao discurso da democratização, a assistência estudantil ganhou destaque nas discussões promovidas pela comunidade acadêmica. De iniciativas pontuais restrita a instituições isoladas e escassos recursos, as discussões acerca do tema vão se tornando cada vez mais sistemáticas e complexas no decurso de sua trajetória até ganhar maior legitimidade na agenda do Governo e alcançar o *status* de política pública através do Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (DUTRA; SOUZA,2017).

Apesar de atualmente a assistência ao estudante assumir papel de centralidade para o Estado brasileiro na estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais através da democratização da Educação Superior (MEC, 2013), cabe destacar que esse espaço foi conquistado, resultado de intensas lutas sociais, encabeçadas principalmente pelo movimento estudantil, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e pelo Fórum Nacional de

Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Estas, constituem as principais entidades engajadas na luta por uma Assistência Estudantil (AE) como direito social e como política pública. Kowalski (2012), ao realizar uma investigação bibliográfica sobre a formalização da AE no Brasil, considerando aspectos sociopolíticos e econômicos do país, sistematizou seu percurso histórico em três fases distintas:

Quadro 1 – Fases da Assistência Estudantil no Brasil

PRIMEIRA FASE	<p>–1928: Promoção, pelo presidente Washington Luis, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro” que ficava em Paris.</p> <p>–1930: Abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no Rio de Janeiro, acoplado ao Restaurante Universitário.</p> <p>–1931: Marca de nascença da assistência estudantil na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto n. 19851/1931.</p> <p>–1934: Integração da assistência estudantil aprovada na Constituição Federal, no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica.</p> <p>–1937: Criação da UNE.</p> <p>–1946: Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos “necessitados” e também aborda mecanismos referentes à saúde dos discentes.</p> <p>–1961: Aprovação da LDB que estabelecia a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes.</p>
SEGUNDA FASE	<p>–1970: Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica.</p> <p>–1987: Criação do Fonaprace, congregando os Pró-Reitores, Sub Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil.</p> <p>–1988: Promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES).</p> <p>–1990: Limitação de recursos nacional para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES.</p> <p>–1996: Aprovação da LDB, que “de costas para a assistência estudantil”, não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE.</p> <p>–1998: Aprovação, na Conferência de Paris, da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES.</p> <p>–1999: Criação do Fies, que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES privadas.</p> <p>–2001: Aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES.</p> <p>–2004: Criação do Prouni, que objetiva conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES privadas.</p>
TERCEIRA FASE	<p>–2007: Criação do Reuni, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.</p> <p>–2007: Criação do Pnaes, cujo objetivo é dar subsídios para</p>

	<p>permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES.</p> <p>–2010: Sanção, em 19 de julho, do Pnaes como Decreto Lei n. 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto Lei n. 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30 de dezembro de 2010, do Decreto n. 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.</p> <p>–2010/2011: Lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.</p>
--	--

Fonte: Kowalski (2012)

Para Kowalsky (2012), a primeira fase da formalização da assistência estudantil corresponde a um longo período, partindo da criação da primeira universidade até o período de “redemocratização” política do país. A partir desse momento, uma segunda fase inicia-se em meio a um espaço favorável para o desenvolvimento de uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração da política de Assistência Estudantil (AE) nas universidades brasileiras. A terceira fase, por sua vez, abarca um período de expansão e reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) seguindo até os dias atuais.

Foi nesta terceira fase que as ações da AE no Brasil passaram a ganhar uma perspectiva governamental, antes as discussões sobre o assunto eram de forma fragmentada e isoladas. O FONAPRACE, Fórum criado em 1987, em que se reuniam pró-reitores, sub-reitores, decanos e responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das universidades públicas, teve papel fundamental para o fortalecimento das políticas de assistência ao estudante no país. Nas discussões do fórum, era consenso as dificuldades que as instituições de ensino superior estavam encontrando para manter os alunos matriculados, por essa razão salientavam a importância da política de assistência estudantil. Argumentavam, ainda, que para ser efetivada a redemocratização da universidade era imprescindível garantir a permanência dos estudantes de baixa renda (SILVEIRA, 2012).

Enquanto finalidade, o FONAPRACE “definiu como meta prioritária trabalhar na sistematização de uma proposta de política de assistência ao estudante que garantisse acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES, na perspectiva da inclusão e do direito social e da democratização do ensino” (FONAPRACE, 2008, p. 01). Em carta intitulada, “Assistência Estudantil: uma questão de investimento” (2000), o FONAPRACE evidenciava o quanto a

assistência estudantil deveria ser olhada enquanto política de investimento e não de gastos, de apoio e não de caridade:

Não se trata de ajuda paternalista, ao contrário, verifica-se que as universidades que mantêm programas de assistência e realizam o acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes constataam que seu rendimento escolar médio é igual, estatisticamente, ao dos alunos provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo. Isto comprova que é compensador investir na melhoria das condições e na qualidade de vida dos estudantes carentes enquanto universitários (FONAPRACE, 2000).

Com o objetivo de oferecer subsídios sólidos para a formulação de uma política de assistência ao estudante em esfera nacional, o FONAPRACE empenhou-se na década de 1990 no desenvolvimento de um trabalho sistemático nas IFES para determinação do perfil socioeconômico e cultural dos seus discentes. Com isso, buscava-se identificar dados confiáveis considerados elementos indispensáveis ao debate, formulação e implantação de políticas sociais que pudessem garantir a permanência dos estudantes em suas instituições. Nessa direção, o FONAPRACE realizou e publicou em 1997, 2004, 2011, 2014 e 2018 pesquisas amostrais sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES.

Os dados levantados apontaram a classificação econômica dos discentes e os principais indicadores sociais relacionados às necessidades estudantis: moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho, indicando parâmetros para melhor definir as diretrizes para o desenvolvimento de programas e ações de assistência estudantil a serem implementados pelas Instituições de Ensino Superior públicas.

Essas pesquisas tornaram evidente a necessidade do desenvolvimento de programas de apoio ao universitário ao demonstrar, entre outros aspectos, a existência de uma parcela significativa de discentes que pertenciam às categorias econômicas C, D e E (em torno de 44%), os quais estão abaixo do padrão médio das necessidades materiais, culturais e de serviços, constituindo a demanda potencial de assistência ao estudante (FONAPRACE, 1997). Esse dado buscava romper com o ideário de que as universidades públicas eram frequentadas exclusivamente por estudantes pertencentes às classes sociais mais altas da sociedade, os quais poderiam arcar com os custos de sua formação acadêmica, gerando discussões acerca da pertinência da gratuidade do Ensino Superior público.

Os primeiros resultados dessas pesquisas têm um importante papel no processo de legitimação da assistência estudantil em âmbito governamental. A partir dos resultados dos

primeiros levantamentos, o FONAPRACE elabora o Plano Nacional de Assistência Estudantil, cuja versão final foi encaminhada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 4 de abril de 2001, tornando-se o documento base para todas as ações concernentes ao tema. O Plano trazia diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos, apontava as áreas estratégicas a partir das quais a assistência estudantil poderia ser desenvolvida nas IFES, além de demonstrar aos órgãos governamentais a necessidade de destinação de recursos financeiros para a AE nas IFES. Ainda solicitava que verbas específicas fossem destinadas para esse fim na matriz orçamentária anual do MEC.

Após um processo de discussão, o MEC institui por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2007). Sua aprovação foi favorecida pela instituição, no mesmo ano do REUNI, enquanto este criava condições para ampliação do acesso às universidades públicas federais, o PNAES se destinava a auxiliar estudantes de baixa renda permanecerem nas universidades.

Nesse percurso, em 10 de julho de 2010, o então Presidente da República, Lula transformou o PNAES em Decreto-Lei nº 7.234, “dando um grande passo para que o PNAES saísse da dimensão de política de governo para política de Estado” (FONAPRACE, 2012, p. 62). O Decreto, portanto, é atualmente o principal documento norteador da construção das políticas de assistência aos estudantes de graduação das IFES no Brasil. Sua finalidade é promover a ampliação das condições de permanência dos estudantes na Educação Superior pública federal, constituindo-se como seus objetivos: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Convergindo com o compromisso assumido pelo PNAES, o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2014–2024, destaca a importância da assistência ao estudante de Ensino Superior entre suas metas. O plano propõe a ampliação da política de AE como estratégia para a expansão do ensino superior brasileiro, objetivando a redução das desigualdades étnico-raciais e a ampliação das taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, apoiando o seu processo de formação acadêmica (BRASIL, 2014).

Assim, o Programa Nacional de Assistência Estudantil por meio do Decreto, atribui às IFES a responsabilidade pelo desenvolvimento de ações de assistência e estabelece que as mesmas deverão ser desenvolvidas nas áreas: I-moradia estudantil; II-alimentação; III-transporte; IV-atenção à saúde; V-inclusão digital; VI-cultura; VII-esporte; VIII-creche; IX-apoio pedagógico; X-acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Essas ações tem como alvo os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, oriundos da rede pública de educação ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (Decreto nº 7.234/2010) (BRASIL, 2010).

Apesar da abrangência das áreas definidas pelo PNAES, ocorre é que nem todas as IFES desenvolvem programas e ações em todas as suas esferas. Segundo Nascimento (2012), na prática, há uma prevalência do que a autora chamou de tripé da AE: auxílios financeiros (bolsas), alimentação e moradia. Nascimento (2012) afirma que isso se justifica pela redução da concepção de necessidades estudantis à necessidades básicas, entendidas como necessidades de sobrevivência, o que está relacionado com a vinculação da AE à política específica de assistência social.

As IFES financiam as ações do PNAES com o repasse do Ministério da Educação, conforme quantitativo de beneficiários e o orçamento existente. Por sua vez, as universidades, diante de sua autonomia, constroem e desenvolvem suas ações conforme suas prioridades e necessidades. Até 2016, o PNAES dedicou volumes sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R\$1 bilhão em 2016, todavia, o Programa vem sofrendo queda nos valores repassados a partir de 2017, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) - Brasil

Ano	PNAES NACIONAL	Δ%
2008	R\$ 125.300.000,00	-
2009	R\$ 203.000.000,00	62,0
2010	R\$ 304.000.000,00	49,8
2011	R\$ 395.189.588,00	30,0
2012	R\$ 503.843.628,00	27,5
2013	R\$ 603.787.226,00	19,8
2014	R\$ 742.720.249,00	23,0
2015	R\$ 895.026.718,00	20,5
2016	R\$ 1.030.037.000,00	15,1
2017	R\$ 987.484.620,00	- 4,1
2018	R\$ 957.178.952,00	- 3,1

Fonte: Apud. SILVA; COSTA, 2018

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) os valores destinados para as ações do PNAES são administrados pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), subordinada à Administração Superior da Reitoria. Contudo, antes de apresentamos como são realizadas as ações do PNAES na UFPB, em especial no Campus IV-CCAE, fruto da política de expansão da educação superior, será rememorado, na sessão seguinte, um pouco da origem deste campus, seu processo criação, caracterizado como conturbado, e suas atuais demandas por políticas públicas de assistência estudantil.

3.1 CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS IV DA UFPB

O Campus IV da UFPB foi criado em 2006, no Litoral Norte da Paraíba, dentro dos programas de expansão da educação superior no Brasil, Plano de Expansão com Interiorização das Instituições Federais de Ensino (Programa Expandir 2003 a 2006). A UFPB aderiu a esse programa após a instituição passar, em 2002, por um processo de desmembramento, pela força da Lei Federal nº. 10.419, de 09 de abril de 2002, e pelas pressões políticas e exigências de autonomia do *campus*, que deram origem a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Com a divisão dos campi entre as duas universidades, a UFCG passou a compreender os campi de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Souza, e a UFPB ficou composta pelos campi de João Pessoa, Areia e Bananeiras (UFPB, 2014).

A UFPB com a criação do Campus do Litoral Norte, localizado nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, chega ao seu campus IV. Este campus é formado pelo Centro de Ciências Aplicadas e Educação, CCAE, e está localizado na microrregião do Litoral Norte do estado, que compreende uma área territorial de 1.960, 50 Km² (3,5% da área do Estado). De acordo com o Projeto de criação e implantação do CCAE (2005), a justificativa para criação deste campus nessa região era que o mesmo teria suas ações voltadas às necessidades da vida educacional, cultural, social e econômica dos 396.338 habitantes das microrregiões do Litoral Norte e Sapé e dos municípios vizinhos. Essa área de abrangência envolve 22 municípios, 11 dos quais na primeira microrregião e 9 na segunda. Ainda, de acordo o Projeto de criação do Campus IV, as condições de vida da população do Litoral Norte estão entre as piores da Paraíba: expectativa de vida de 58,7 anos; mortalidade infantil de 67,4 por 1.000 crianças de um ano nascidas vivas e taxa de analfabetismo de 46,0% da população de 15 anos ou mais. A precariedade desses seus indicadores sociais sintetiza-se no seu correlato de Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,56, bastante inferior ao IDH do estado que era 0,66.

É portanto, nesse cenário de realidade difícil e de atraso social de uma região que o Campus IV da UFPB é implantado. Acreditava-se que sua criação na região do Litoral Norte seria uma grande contribuição para dar condições mínimas de superar situações adversas e promover o desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional da região, por meio das ações da universidade.

Entretanto, o Campus IV tem encontrado alguns desafios para a promoção do desenvolvimento regional esperado. Nascimento (2013), afirma que as dificuldades de implantação do campus surgiram desde o momento de sua concepção e estava relacionada a sua localização. À princípio, por não se encontrar um consenso em qual das cidades deveria ser instalado o campus e, posteriormente, por não ser possível encontrar uma área que correspondesse aos limites de divisa entre os municípios de Rio Tinto e Mamanguape, local idealizado por autoridades políticas da região, foi necessário fazer uma série de alterações no projeto original já que este previa a instalação do campus em lugar que deveria corresponder a uma área de divisa entre os municípios. Após alguns embates políticos, foi decidido que o campus seria instalado nos dois municípios, tendo, portanto, uma unidade em Rio Tinto, e outra em Mamanguape.

A divisão do Campus IV em duas cidades gerou muitas implicações em seu processo implantação. Uma delas foi o atraso para conclusão de suas obras, pois diante da nova realidade, todo o projeto de criação do quarto campus da UFPB precisou ser revisto. Conforme Nascimento (2013), o fato do CCAE estar dividido em duas unidades contribuiu, sem dúvida, para a demora na implantação do campus, como também, houve um aumento dos custos na obra, já que houve a necessidade de fazer duas bibliotecas, dois auditórios, mais laboratórios e isso aumentou significativamente os custos de manter essas duas unidades. Ainda houve a necessidade dos professores, estudantes, técnicos administrativos e gestores do campus se adaptarem a essa nova forma de organização acadêmico-administrativa.

Mesmo sem a estrutura física adequada, o CCAE inicia suas atividades acadêmicas em 2006 e a cada novo período letivo, aumentava-se o número de estudantes no campus, sem a necessária conclusão das instalações físicas. A UFPB não fez um planejamento como se esperava, tendo em vista ser uma ação tão importante e complexa como criação de um campus dividido em duas cidades, era algo novo na história da instituição (NASCIMENTO, 2013).

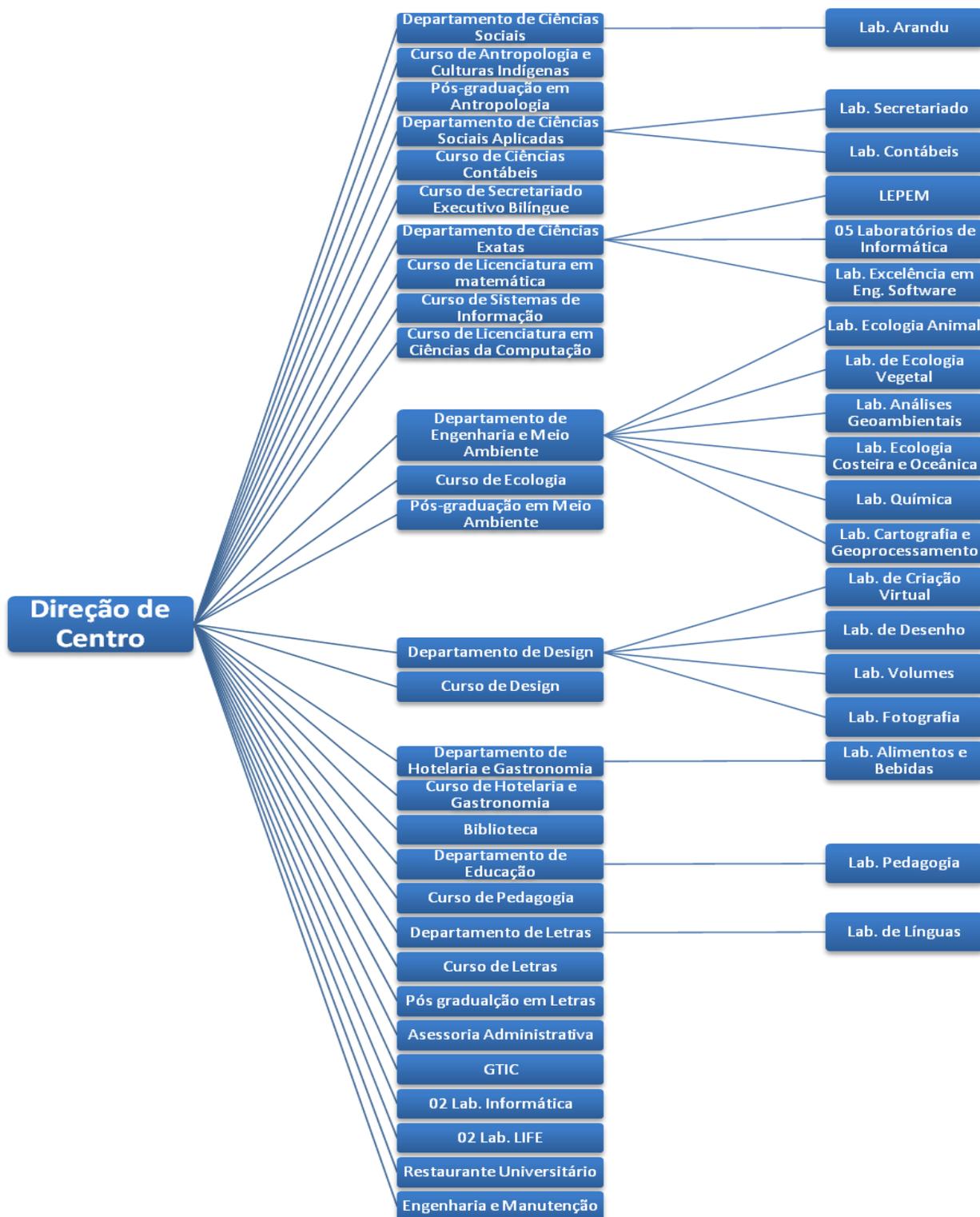
Essa falta de planejamento tem consequências ainda nos dias atuais com obras inacabadas nas duas unidades. Um campus em duas cidades, mesmo próximas, ainda constitui para o Campus IV um elemento de desafio para que este consolide seu processo de interiorização do ensino superior público federal. Outro aspecto de desafio para o CCAE são seus cursos de graduação. O projeto original do campus previa a implantação de 12 cursos, com oferta de cerca de 900 vagas no processo seletivo inicial; atendendo ao final de sua implantação, um total de 4.000 alunos, possibilitando à comunidade local e seu entorno o possível acesso ao ensino superior.

O CCAE, porém, inicia suas atividades com 10 cursos, divididos entre as duas cidades. Em Mamanguape ficariam os cursos de Ciências Contábeis, Secretariado Executivo, Pedagogia e Hotelaria. Em Rio Tinto, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Design, Matemática e Antropologia. Perdeneiras (2014), todavia, afirma que o projeto de escolha dos cursos que seriam implantados no Campus IV não obedeceu a um estudo detalhado das reais necessidades das cidades do Vale do Mamanguape, nem se observou quais cursos poderiam contribuir diretamente para o desenvolvimento dessa região. Para a autora, os cursos oferecidos pelo Campus IV estão, em sua maioria, fora do contexto da realidade regional, em virtude da não absorção da mão de obra formada.

Ademais, alguns cursos previstos no projeto de criação do CCAE sofreram alteração e outros nem chegaram a ser implantados. À exemplo de Engenharia de Pesca, que não foi implantado pois o curso exigiria uma infraestrutura diferenciada e teria um custo alto além da possibilidade de não encontrar professores adequados para essa graduação. Também, optou-se por não iniciar o curso de Gestão de Negócios, e o curso de Geografia foi substituído por Antropologia (NASCIMENTO, 2013). Já o curso de Hotelaria, que iniciou suas atividades desde a implantação do campus, sofreu um processo de remoção do CCAE para o Centro de Comunicação, Turismo e Artes-CCTA, no Campus I, João Pessoa. Com a remoção de Hotelaria, o curso de Gastronomia também não chegou a ser implantado pois ambos se complementariam em suas atividades (PERDENEIRA, 2014).

Atualmente, o CCAE oferece treze cursos de graduação (dois desses são EAD), três mestrados acadêmicos (sendo um profissional), um doutorado e duas especializações. O organograma apresentado a seguir representa a relação entre as unidades do campus e a Direção de Centro, modelo de organização proposto pelo Estatuto da UFPB.

Figura 1– Organograma do Centro de Ciências aplicadas e Educação - CCAE



Fonte: Relatório CCAE (2017, p.7)

Com a transferência de cursos do Campus IV, este organograma sofreu algumas alterações. A saída de Hotelaria deu lugar ao curso de Administração, como também, houve a criação da Coordenação de Assistência Estudantil do CCAE, uma proposta do Centro aprovada pelo CONSUNI, em 2017. Essa Coordenação é reponsável por articular as políticas gerais da PRAPE dentro do campus. No próximo capítulo, apresentamos as ações da assistência estudantil realizadas no CCAE e como estas tem ligação, de acordo com os estudantes, com o seu perfil socioeconômico, objeto de nosso estudo.

4 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS COM A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS IV DA UFPB

Ao aderir aos Programas de expansão da educação superior, a UFPB obteve um crescimento expressivo na oferta de vagas e matrículas em seus cursos. Segundo Jezine, Farias Felinto (2016), a UFPB registrou no ano de 2007, o total de 16.296 matrículas em cursos de graduação presenciais, comparado ao ano de 2013, o quantitativo é de 26.667 denotando uma evolução de 63,6%. Os dados revelam que foi permitido o acesso de sujeitos de diferentes perfis, principalmente pela associação da política de expansão coadunada com as políticas de inclusão social (CASTELO BRANCO, JEZINE, NAKAMURA, 2017).

Diante dessa nova realidade na instituição, fez-se necessário a conquista de políticas de assistência estudantil para que os estudantes que possuem características de fragilidade socioeconômica tenham condições de permanecer na universidade. Com esse objetivo, a UFPB em 2010 cria, através da Resolução nº 29/2010 do CONSUNI-UFPB, a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE, que tem como competência, planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando sobretudo sua permanência nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2010).

Segundo a PRAPE, em seu site institucional, esta Pró-Reitoria tem como público-alvo o estudante ingresso classificado em condições de vulnerabilidade socioeconômica, sendo o levantamento de tal condição feito semestralmente através dos processos seletivos para concessão de acesso aos benefícios de permanência, como refeições nos restaurantes universitários, moradia nas residências universitárias, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio-creche, bem como apoio pedagógico e apoio acadêmicos aos estudantes com deficiência e atendimento psicológico. Ainda são órgãos vinculados diretamente a PRAPE, a Superintendência de Restaurantes Universitários (SRU) e a Coordenação de Assistência e Promoção Estudantis (COAPE).

De acordo com Relatório de Gestão da UFPB, exercício 2016, a instituição vem apresentando um crescimento gradativo no quantitativo de benefícios e auxílios da Assistência Estudantil, resultante do aumento do número de estudantes com perfil dentro dos critérios atendidos pelas políticas de assistência estudantil da instituição. O Relatório ainda destaca a relevância da progressão orçamentária do PNAES: “a progressão dos recursos financeiros é um

questo importante a ser destacado, em virtude do crescente número de estudantes de graduação presencial com perfil para ser assistido, bem como a demanda reprimida que apresenta” (UFPB, 2016, p. 86).

As áreas estratégicas de atuação do PNAES são atendidas na UFPB pelos seguintes benefícios: Moradia Estudantil – *Residências Universitárias, Auxílio-moradia*; Alimentação – *Restaurantes Universitários, Auxílio-alimentação*; Transporte – *Auxílio-transporte*; Atenção à Saúde – *Atendimento psicológico*; Creche – *Auxílio creche*; Acesso, Participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação – *Programa Bolsa Apoiador*; Apoio Pedagógico – *Passagens e/ou inscrição para participação de estudantes em eventos acadêmicos*. As áreas de Esporte, Cultura e Inclusão Digital passaram a ser atendidas em 2018 com a implantação do Auxílio de esporte, cultura e inclusão digital. Em seu Relatório de Gestão, 2018, com a oferta deste último auxílio às ações da assistência estudantil, a UFPB afirma atender 100% das áreas estratégicas definidas no Decreto do PNAES.

No Campus IV, as políticas de assistência estudantil, foco da nossa pesquisa, foram desde a implantação do campus, alvo de reivindicação pelos estudantes, pois, apesar do seu projeto de criação afirmar que a região onde o CCAE seria instalado apresentava um dos piores IDHs da Paraíba, as ações de assistência ao estudante não foram integralmente efetivadas com a implantação do campus.

A Administração Central da UFPB apenas reconheceu a urgente necessidade de ampliação das políticas de assistência estudantil no Campus IV, a partir da divulgação dos dados do Relatório de Formação, Retenção e Evasão do CCAE (2016), em que foi possível perceber que, nos 10 primeiros anos de atividade do CCAE, o campus apresentou baixo índice de formação e elevadas taxas de retenção e evasão. Em linhas gerais, a evasão seria o ato de interrupção/bloqueio da vida acadêmica, enquanto a retenção se constitui com o prolongamento desta. Ambas estariam em desacordo com a previsão que as instituições realizam sobre o tempo médio/regular de duração de cada curso de graduação.

A ampliação dos auxílios do PNAES no Campus IV seria, portanto, uma das estratégias para melhoria dos dados, segundo o Relatório da PRG (UFPB/ PRG, 2016). As tabelas abaixo, usadas como referência no relatório, apresentam os resultados em números totais e percentuais de discentes ativos/retidos, diplomados e evadidos em cada semestre de entrada, nos primeiros anos

do CCAE. Como também, divulga os números de entrantes e diplomados no período correspondente à formatura.

Tabela 2- Número e percentuais de discentes ativos, diplomados e evadidos do CCAE (2006.2 –2014.1)

Semestre	Referência	Dados			
		Retido	Diplomado	Evadido	Geral
2006.2	Número	14	88	135	237
	Percentual	5,9%	37,1%	57,0%	
2007.1	Número	44	105	255	404
	Percentual	10,9%	26,0%	63,1%	
2007.2	Número	32	72	138	242
	Percentual	13,2%	29,8%	57,0%	
2008.1	Número	98	114	276	488
	Percentual	20,1%	23,4%	56,6%	
2008.2	Número	66	52	166	284
	Percentual	23,2%	18,3%	58,5%	
2009.1	Número	184	61	237	482
	Percentual	38,2%	12,7%	49,2%	
Total Parcial	Número	438	492	1207	2137
	Percentual	20,5%	23,0%	56,5%	
2009.2	Número	108	15	148	271
	Percentual	39,9%	5,5%	54,6%	
2010.1	Número	318	2	222	542
	Percentual	58,7%	0,4%	41,0%	
2010.2	Número	188	1	153	342
	Percentual	55,0%	0,3%	44,7%	
2011.1	Número	337		193	530
	Percentual	63,6%	0,0%	36,4%	
2011.2	Número	174		117	291
	Percentual	59,8%	0,0%	40,2%	
2012.1	Número	359		184	543
	Percentual	66,1%	0,0%	33,9%	
2012.2	Número	191		106	297
	Percentual	64,3%	0,0%	35,7%	
2013.1	Número	468		32	500
	Percentual	93,6%	0,0%	6,4%	
2013.2	Número	143		2	145
	Percentual	98,6%	0,0%	1,4%	
2014.1	Número	435			435
	Percentual	100,0%	0,0%	0,0%	
Total Geral	Número	3159	510	2364	6033
	Percentual	52,4%	8,5%	39,2%	

Fonte: Relatório de Formação, Retenção e Evasão do CCAE 2016

A tabela seguinte consta um detalhamento do nível de sucesso do conjunto de entrantes do CCAE, por semestres de entrada, até o semestre de 2009.1 (período após 5 anos esperados para a formatura).

Tabela 3- Média de diplomação nos primeiros anos de alunos concluintes do CCAE

Dados	2006.2	2007.1	2007.2	2008.1	2008.2	2009.1	Média
Entrantes	237	404	242	488	284	482	356
Diplomados	88	102	75	113	53	61	82
% Diplomados	37,13%	25,25%	30,99%	23,16%	18,66%	12,66%	24,64%
Diplomados no prazo	52	77	49	85	53	61	63
% Prazo do total	21,94%	19,06%	20,25%	17,42%	18,66%	12,66%	17,64%
% Prazo dos diplom.	59,09%	75,49%	65,33%	75,22%	100,00%	100,00%	76,63%

Fonte: Relatório de Formação, Retenção e Evasão do CCAE 2016

De acordo com as tabelas 2 e 3, nos primeiros 10 anos do CCAE, o campus apresentou um número elevado de estudantes que evadiram de seus cursos, e conseqüentemente um número baixo de estudantes diplomados. As causas para esses resultados podem ser diversas, compreende-se também que os primeiros anos de implantação de um campus universitário é uma fase de adaptação e consolidação, e ao Campus IV, soma-se a isso, seu processo de implantação desorganizado, que também pode ter contribuído nos seus resultados de evasão e diplomação.

A ampliação da assistência estudantil no CCAE, vista como umas estratégias para reversão do quadro de evasão, propiciou a criação da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) do CCAE, cujo propósito é realizar ações que possibilitem a permanência dos estudantes nos cursos e o êxito em suas atividades acadêmicas. Ainda, a esta Coordenação está voltada a função do acolhimento das demandas estudantis, de modo a identificar, encaminhar questões de naturezas sociais, psicológicas e pedagógicas que possam interferir no processo de ensino e aprendizagem.

Com a intensão de conhecer o quantitativo de estudantes beneficiados com o PNAES na UFPB, em especial, no CCAE enviamos à PRAPE o Processo N° 23074.031566/2020-30/UFPB. Em resposta, a Pró-Reitoria apresentou os seguintes números:

Tabela 4 - Estudantes assistidos pelo PNAES na UFPB

	Campus I	Campus II	Campus III	Campus IV	TOTAL
Residência Universitária	357	285	133	28	803
Auxílio-Moradia	1585	141	246	452	2424
Auxílio-Alimentação	222	0	0	240	462
Auxílio-Transporte	486	12	9	77	584
Auxílio-Creche	9	1	4	9	23
Restaurante Universitário	1470	178	204	268	2120
TOTAL					6416

Fonte: Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE (2020)

Assim, a UFPB, no mês de agosto de 2020, apresentava um quantitativo de 6.416 estudantes beneficiados com auxílios estudantis em seus quatro campi. O campus sede, Campus I, localizado na cidade de João Pessoa, em virtude do maior número de discentes, apresentava também o maior número de estudantes assistidos pelo PNAES. Segundo a PRAPE, o acesso aos auxílios pelos discentes é feito através de processo seletivo para averiguação de sua condição de vulnerabilidade socioeconômica. Os processos seletivos acontecem, normalmente nas primeiras semanas de cada período letivo.

O Campus IV, de acordo com os dados informados, apresentava um quantitativo de 1.074 estudantes beneficiados com os auxílios do PNAES. É o segundo campus com o maior número de alunos contemplados, distribuídos nos seguintes auxílios: Residência Universitária, Auxílio-Moradia, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Auxílio-Creche e Restaurante Universitário.

No CCAE, apenas a Unidade Rio Tinto possui Residência e Restaurante Universitário (RU), os estudantes contemplados com a residência, bem como os atendidos pelo RU tem acesso automático ao restaurante. Na Unidade Mamanguape, para ajudar a custear a alimentação dos estudantes classificados como vulneráveis socioeconomicamente, é concedido o auxílio alimentação.

Apesar do CCAE-Rio Tinto possuir Residência Universitária, esta contempla um pequeno número de residentes, por isso, tanto nesta Unidade, como em Mamanguape, muitos estudantes são assistidos pelo auxílio moradia, destinado a ajudar no custeio de moradia fora do campi, o estudante, por sua vez, não poderá residir nas cidades de Rio Tinto ou Mamanguape.

Para os estudantes que fazem diariamente o deslocamento residência-UFPB e UFPB-residência, dentro dos critérios de seleção estabelecidos, destina-se o Auxílio-Transporte como ajuda de custo para essa lomoção. Outro auxílio que também contempla estudantes do Campus IV, é Auxílio-creche concedido a estudantes para ajudar a custear creche cujo filho esteja na faixa etária entre seis meses a três anos, onze meses e vinte e nove dias.

Quadro 2 – Auxílios – Campus IV

UNIDADE RIO TINTO	UNIDADE MAMANGUAPE
Auxílio-Creche	Auxílio-Creche
Auxílio-Moradia	Auxílio-Moradia
Auxílio-Transporte	Auxílio-Transporte
Restaurante Universitário	Auxílio-Alimentação
Residência Universitária	

Fonte: Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE (2020)

Os estudantes contemplados com os auxílios da assistência estudantil disponíveis no Campus IV é o público alvo da nossa pesquisa, a fim de entender a relação da presença destes com o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação do CCAE. Visto que a Unidade de Rio Tinto oferta todos os auxílios disponíveis no Campus IV, escolhemos os estudantes dessa Unidade para realizar nosso estudo. No próximo tópico apresentamos o percurso metodológico do trabalho.

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este item tem o objetivo de apresentar a abordagem e o tipo de pesquisa desenvolvida neste trabalho. Os aspectos metodológicos evidenciam a tipologia da pesquisa que se enquadra na categoria qualitativa por apresentar “múltiplas construções da realidade” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p.113). Ainda, caracteriza-se por um Estudo de Caso ao permitir uma pesquisa intensiva de um fenômeno localizado socialmente, e cuja validação é atestada por sua vinculação ao interesse coletivo e público de temas gerais e específicos, de cunho político, econômico, social e cultural, especificamente a Assistência Estudantil no Campus IV da UFPB.

Para a coleta de dados e informações foram utilizadas técnicas e instrumentos de pesquisa, em que se levou em conta a reivindicação da ciência para si de uma pretensa imparcialidade.

4.2 A ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é uma ação racional e sistemática que tem como objetivo apresentar solução aos problemas que são propostos. A pesquisa torna-se necessária quando não há informações suficientes para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em

tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema. O desenvolvimento da pesquisa tal qual um processo, compreende várias fases. Tem por base conhecimentos disponíveis a respeito do problema e requer criteriosa utilização de métodos, técnicas e instrumentos científicos (GIL, 2002).

A pesquisa científica, portanto, requer um processo formal para a construção de caminhos para o conhecimento da realidade que se quer apresentar. A metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). [...] a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade (MINAYO, 2002).

Diante da intensão de analisar a relação entre as políticas públicas de assistência estudantil e perfil socioeconômico dos estudantes do Campus IV da UFPB, utilizou-se para essa pesquisa uma abordagem qualitativa, que trabalha com o universo de significados, motivos aspirações, crença, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002).

Assim, esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa do tipo exploratória. Como meio de conhecimento para compor a base teórica do trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Pois, enquanto a pesquisa documental tem como característica a fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, fontes primárias; a pesquisa bibliográfica, envolve todas as publicações já realizadas sobre o tema estudado, constituindo-se fontes secundárias (MARCONI; LAKATOS, 2013).

Logo, para a temática deste trabalho foram examinadas leis, decretos, resoluções, regulamentos internos, plano de desenvolvimento institucional, relatórios de gestão, consultas a dissertações, teses, artigos, revistas e outras publicações que permitiram ampliar perspectivas, enriquecer e nortear a pesquisa.

Como instrumento de coleta, foi utilizado a aplicação de questionários eletrônicos, enviados aos discentes do CCAE atendidos pelo PNAES, dos cursos da Unidade Rio Tinto. A pesquisa, realizada através de questionário foi devidamente avaliada e aprovada para execução

pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde – CCS/UFPB, através do Parecer N° 4.473.223 e cumpre os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares.

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Com o propósito de investigar a ligação entre a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do Campus IV da UFPB, avaliamos ser fundamental conhecer a visão dos principais sujeitos envolvidos nesse processo, os estudantes que acessam os programas do PNAES existentes no CCAE.

De acordo com a PRG, no período letivo 2019.2, espaço temporal da pesquisa, o Campus IV possuía 2.540 estudantes de graduação distribuídos nos diferentes cursos existentes no Centro. Desses, 1.087 são alunos beneficiados pela assistência estudantil do campus. Dos estudantes beneficiados, 438 são alunos dos cursos da Unidade Mamanguape, e 645 são discentes dos cursos da Unidade Rio Tinto. Estes últimos, são portanto, os sujeitos da nossa pesquisa. A escolha pelos alunos da Unidade Rio Tinto se deve a esta apresentar estudantes contemplados com todos os auxílios oferecidos pelo Campus IV, o que daria uma melhor amostra para o objetivo deste trabalho.

Esta pesquisa foi realizada no momento em que as atividades acadêmicas e administrativas da UFPB estão acontecendo de forma remota, desde março de 2020, em razão da situação de emergência em saúde pública decorrente da (epidemia) pandemia da COVID-19. Assim, dentro do universo dos estudantes beneficiados com a assistência estudantil em Rio Tinto, escolhemos como sujeitos da pesquisa os alunos matriculados em disciplinas no período letivo 2019.2, e que tenham usufruído do auxílio nos semestres de aula presencial.

A escolha desses critérios se justificam por acreditar que o nosso problema de pesquisa, seria melhor compreendido a partir das respostas dos alunos que frequentaram e usufruíram os auxílios da assistência estudantil na universidade, quando as atividades desta estavam acontecendo de forma presencial.

Tínhamos a intenção de conseguir 50 estudantes respondentes para o questionário "O papel da Assistência Estudantil no campus IV da UFPB", que seria aproximadamente 10% dos beneficiários da Unidade Rio Tinto. Mas, em virtude da pesquisa ter sido realizada em Período Letivo Suplementar, quando as atividades acadêmicas acontecem de forma virtual, não

conseguimos o número de respondentes desejado, responderam ao questionário, 30 estudantes. Contudo, tivemos respondentes contemplados com todos os auxílios do PNAES ofertados pelo CCAE, como também, discentes de todos os cursos da Unidade Rio Tinto. Dos cursos diurnos e integrais de: Bacharelado em Ecologia, Bacharelado em Design, Bacharelado em Sistemas de Informação e Licenciatura em Ciência da Computação; e dos cursos noturnos, Bacharelado em Antropologia e Licenciatura em Matemática.

4.4 TÉCNICA DE COLETA

O questionário utilizado como técnica de coleta para esta pesquisa possui questões abertas e de múltipla escolha, e foram enviados aos discentes contemplados pela assistência estudantil através de seus e-mails solicitados às coordenações dos cursos. O questionário segundo Gil (2008), é uma técnica composta por um conjunto de questões, direcionadas a pessoas com o objetivo de buscar informações sobre determinados temas e que possui como vantagem a possibilidade de alcance de números elevados de participantes, a garantia do anonimato das respostas e baixo custo.

Quanto à estruturação do questionário, foram analisadas três dimensões. A primeira, referente ao perfil do participante, a segunda categoriza o estudante dentro do PNAES no CCAE, e a terceira dimensão aborda a relação existente entre as ações da assistência estudantil e o perfil socioeconômico do estudante de graduação do Campus IV.

De acordo com Bardin (2011), classificar elementos em categorias impõem à investigação do que cada um deles tem em comum com os outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles. É possível, contudo, que outros critérios insistam noutros aspectos de analogia, talvez modificando consideravelmente a repartição anterior.

Portanto, para análise dos dados obtidos através dos questionários será utilizado o método de análise de conteúdo, próprio para as pesquisas qualitativas, este método se constitui da interpretação dos documentos e dados para a investigação pretendida. Assim, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo de mensagem (FERRER, 2012).

Schiavini e Garridos (2018, p.3) ressaltam que a Análise de Conteúdo consiste:

Um método composto de técnicas de análise de comunicações, que possibilita compreender a mensagem além de seus significados imediatos. Possui duas funções que coexistem: uma função heurística, que objetiva explorar e aumentar a propensão à descoberta, e a função de prova, quando busca confirmar uma questão. Dessa forma, a análise de conteúdo auxilia na superação de incerteza e no enriquecimento da compreensão da mensagem (SCHIAVINI;GARRIDOS, 2018, p.3)

A condução da análise de dados abrange várias etapas, a fim que se possa conferir significação aos dados coletado (SILVA; FOSSÁ, 2015). Para o tratamento de dados dessa pesquisa decidimos tomar como base as orientações propostas por Bardin (2011). Segundo a autora, as etapas da análise de conteúdo são organizadas em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira fase, pré-análise, compreende a leitura geral do material eleito para análise. De forma geral, efetua-se a organização do material a ser investigado. A segunda fase, exploração do material, consiste na construção das operações de codificação, considerando os recortes dos textos em unidades de registro. Já a terceira fase, consiste no tratamento dos resultados obtidos e interpretação, baseia-se em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo material coletado (SILVA; FOSSÁ, 2015).

4.5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Este item do trabalho constitui-se na apresentação da pesquisa realizada, que procurou compreender, através da visão dos discentes como se relaciona a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do Campus IV da UFPB. Os resultados a serem apresentados compõem uma amostra da representação do estudante do CCAE, com suas necessidades e expectativas diante dos auxílios do PNAES para permanecer na universidade. Os resultados, a partir das observações registradas, também visam agrupar sugestões com o intuito de contribuir para melhorias do programa no campus.

A análise dos dados dessa pesquisa, realizada através da Análise de Conteúdo, proporciona, segundo Gil (2008), que seja realizado o tratamento de dados por meio da inferência e da interpretação, com o objetivo que os dados sejam tornados válidos e significativos, recorrendo-se para esse fim a utilização de procedimentos estatísticos que possibilitam estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e põem em relevo as informações coletadas.

Nesta pesquisa, os dados foram obtidos através de um questionário com 25 perguntas, em uma população de 30 estudantes distribuídos em 6 cursos de graduação. A primeira parte do questionário buscou traçar o perfil dos respondentes com dados pessoais, socioeconômicos e educacionais como sexo, idade, trabalho, renda familiar e participação na renda familiar. Os resultados nos mostraram que:

Tabela 5 – Idade e sexo dos participantes

Idade	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
18 a 24 anos	6	8	14
25 a 30 anos	6	3	9
31 a 40 anos	4	1	5
41 a 53 anos	1	1	2
TOTAL GERAL	17	13	30

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

A faixa etária dos estudantes da amostra pesquisada apresenta uma predominância de alunos entre 18 e 24 anos (46%), e demonstra, de acordo com as fases de classificação do estudo de Trow (2005), que o “sistema de massa”, vem avançando no Sistema de Educação Superior brasileiro, quando são ampliadas seus mecanismos de acesso, que o caso do Campus IV, criado através do Plano de Expansão com Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior.

Quanto ao perfil socioeconômico dos respondentes, quando perguntados Se trabalhavam, 25 (83%) afirmaram que *Não*, enquanto 5 (16%) reponderam que *Sim*. Estes, informaram que trabalhavam como: 1-vigilante; 1-empendedorismo; e 3 não responderam em que trabalhavam. A maior parte dos estudantes que afirmou *Não trabalhar*, podemos inferir que, em virtude de quatro, dos seis cursos pesquisados, serem diurnos e integrais, os alunos pesquisados tenham dificuldades em conciliar estudo e trabalho.

Ainda sobre a dimensão socioeconômica dos participantes, perguntamos sobre a renda familiar e se os estudantes colaboravam com a mesma. Assim eles reponderam:

Tabela 6 – Renda familiar

	Salário mínimo	Nº de participantes	Participação na renda
RENDA DA SUA FAMÍLIA	Menos de 1 Salário	8	Sim 18 (60%)
	1 Salário	15	Não 12 (40%)
	Mais de 1 salário	6	
	Não respondeu	1	

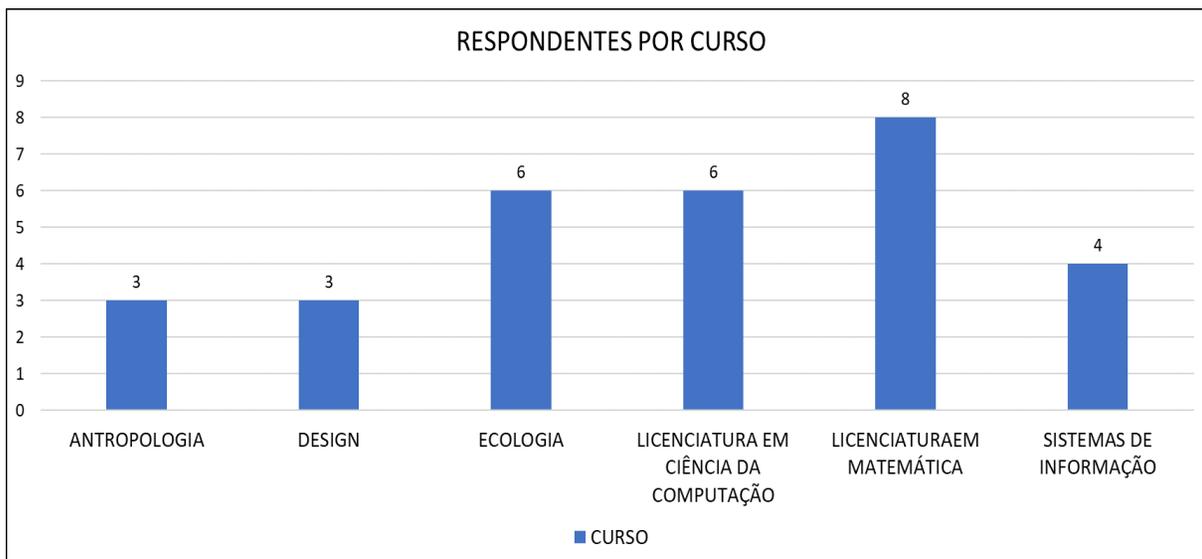
Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

Aproximadamente 27% dos estudantes que responderam a pesquisa tem na família uma renda *Menor que 01(um) Salário*, 50% possui renda *de 01(um) Salário*, 20% dispõe de renda *Maior que 01 (um) salário* e 4% não informaram a renda familiar. Com 70% dos estudantes afirmando que as famílias tem renda menor ou igual a 01 salário mínimo vigente, podemos perceber uma maior participação no acesso ao ensino superior da UFPB de estudantes que possuem características de fragilidade econômica, conforme afirmam Castelo Branco, Jezine e Nakamura (2013), a expansão institucional, conjugada com uma política de inclusão social vem possibilitando o acesso de diferentes sujeitos na UFPB.

O FONAPRACE (1997) em suas pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos estudantes das universidades públicas já havia tentado romper o ideário que estas eram frequentadas exclusivamente por estudantes das classes sociais mais altas da sociedade, que poderiam arcar com os custos de sua formação acadêmica. Na verdade, de acordo com publicações do Fórum, essas instituições são frequentadas por uma parcela significativa de discentes que pertencem à categorias econômicas C, D e E da sociedade.

O Campus IV da UFPB, através desta pesquisa também ratifica os estudos do FONAPRACE, quando demonstra que, aproximadamente, 2/3 (dois terços) dos estudantes pesquisados possui renda familiar menor ou igual a 01 salário mínimo. Essa realidade do CCAE, e segundo o FONAPRACE, realidade também de muitas IFES brasileiras, faz necessário a conquista de políticas de assistência estudantil para estudantes que possuem características de fragilidade socioeconômicas tenham condições de continuar na universidade.

Seguindo os dados coletados pelo questionário, levantamos algumas informações quanto a vida acadêmica desses estudantes do CCAE. Indagamos *Qual seu curso de graduação; Como se desloca para ir ao campus; Se está bloqueado nas disciplinas do curso; Se desistiu de alguma graduação e; Se o campus IV não existisse nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, como faria para cursar uma graduação.*

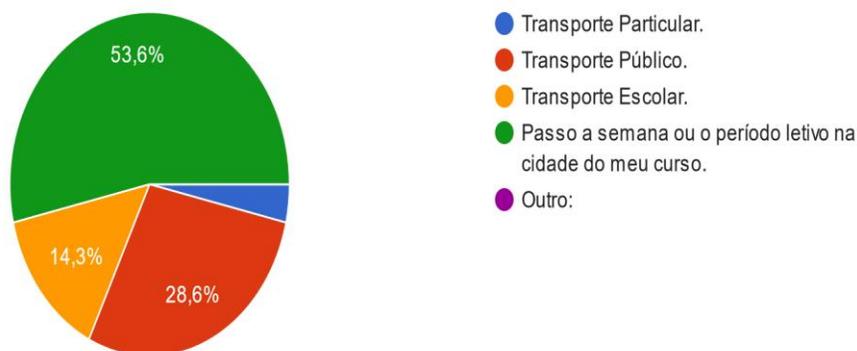
Gráfico 1 - Cursos dos estudantes respondentes

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

Gráfico 2 – Deslocamento à universidade

CASO NÃO MORE NA CIDADE DO SEU CURSO, COMO VOCÊ SE DESLOCA PARA IR AS AULAS:

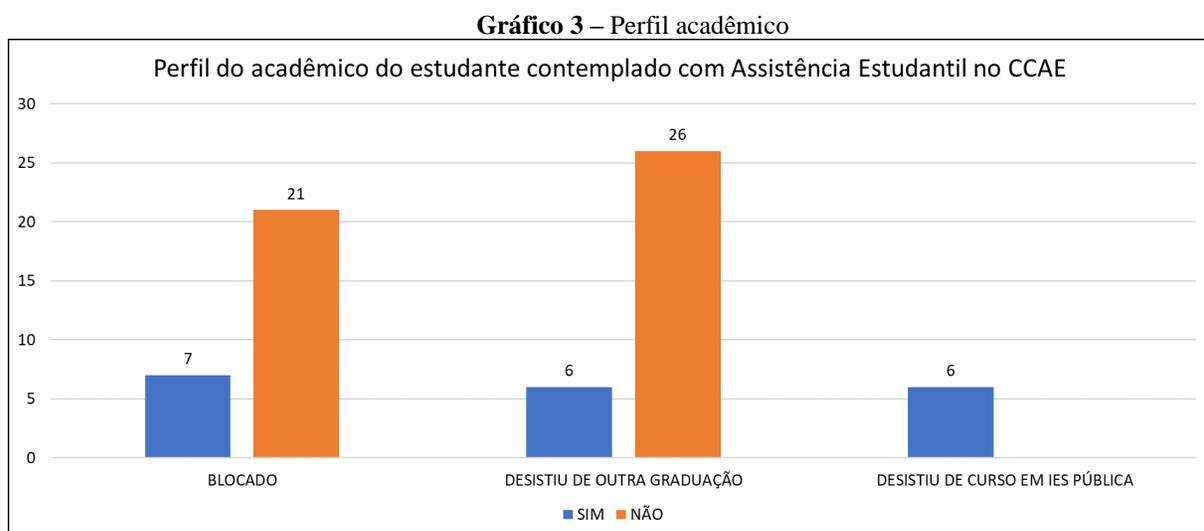
28 respostas



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

De acordo com Gráfico 1, sobre os cursos dos estudantes pesquisados, 63% são de cursos diurnos integrais (Design, Ecologia, Ciência da Computação e Sistemas de Informação), já 37% são estudantes de cursos noturnos (Antropologia e Matemática). Em relação ao deslocamento dos estudantes para ir ao Campus, vimos pelo Gráfico 2 que a maior parte (54%) dos estudantes passa a semana ou o período letivo na cidade do campus, enquanto que 46% faz o deslocamento diário para a universidade por meio de transporte público, transporte escolar ou particular.

Acerca do perfil acadêmico dos participantes, a pesquisa procurou conhecer a participação dos discentes nos componentes curriculares do seu curso. Se estes estudantes cursavam apenas as disciplinas correspondentes ao período letivo matriculado, Se já desistiram de uma graduação e Qual o tipo de instituição do curso ao qual evadiu.



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

O gráfico acima apresenta que a maior parte dos respondentes não está bloqueado nas disciplinas correspondentes ao período letivo matriculado, dos 30 participantes, apenas 7 estavam cursando somente as disciplinas do seu atual período letivo.

Sobre o seu curso, para 80% dos estudantes, esta é sua primeira graduação. Os que responderam já terem desistido de um outro curso superior, afirmaram ter sido em uma IES pública e relacionaram como principal motivo da evasão os elementos da tabela 7.

Tabela 7 – (Questão 11.2) Principais motivos da desistência de outra graduação.

Motivos	Número de participantes	*Percentual
1. Condições financeiras	3	50%
2. Falta de apoio, necessidade de trabalhar	1	16%
3. Problemas de identificação com o curso	1	16%
4. Crises de ansiedade	1	16%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021). * Valores percentuais arredondados

Considerando que o CCAE é um campus, relativamente recente, com apenas 15 anos de implantação no Litoral Norte da Paraíba, questionamos aos estudantes da pesquisa, “Se o Campus IV não existisse nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, como você faria para cursar uma graduação?” Indicamos como escolha as seguintes opções, que receberam estes resultados: *Cursaria em outra Instituição de Ensino Superior (IES) em outra cidade (53,3%); Não cursaria uma graduação (46,7%); Cursaria em uma IES particular (0%).*

Os estudantes que reponderam: *Não cursaria uma graduação se o Campus IV não existisse nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape*, justificaram as razões, abaixo apresentadas:

Tabela 8- (Questão 12.1) Justificativa para não cursar uma graduação, na falta do CCAE.

Justificativas	Número de participantes	*Percentual
1. Dificuldades financeiras	6	20%
2. Distância	5	16%
3. Não seria aprovado	2	7%
4. Trabalho	1	4%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021). * Valores percentuais arredondados

Na tabela acima, quando os estudantes justificam porque não cursariam uma graduação, caso o Campus IV não existisse na região, percebemos a importância da interiorização do ensino superior através da UFPB, com Campus IV. Essa percepção também já havia sido apontada na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico dos Graduandos das IFES (2017), ao reconhecer que a ampliação do número de IFES, cursos e vagas, da interiorização dos campi das mesmas instituições, possibilitou uma maior mobilidade territorial via ENEM/SISU e da reserva de vagas para estudantes com origem em escolas públicas, por meio de cotas (Renda, PPI – pretos, pardos e indígenas - e Pessoas com Deficiência), modificou radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais e dos Cefets.

A partir da questão 12.1, a pesquisa passa apresentar mais perguntas que requerem respostas abertas, nestas, os estudantes podem relatar melhor suas percepções como a assistência estudantil atua em relação a sua graduação no Campus IV. Essa parte do trabalho mais subjetiva será analisada seguindo as orientações da Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin (2016). Segundo a autora, na análise de conteúdo, se por um lado, a exigência de objetividade torna-se menos rígida, por outro, aceita-se mais favoravelmente a combinação da compreensão clínica,

com a contribuição da estatística. Mas, além disso, a análise de conteúdo já não é considerada com um alcance descritivo, pelo contrário, toma-se consciência de que sua função ou o seu objetivo é a inferência. Que esta inferência se realize tendo por base indicadores de frequência, ou, cada vez mais assiduamente, com a ajuda de indicadores combinados, toma-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações.

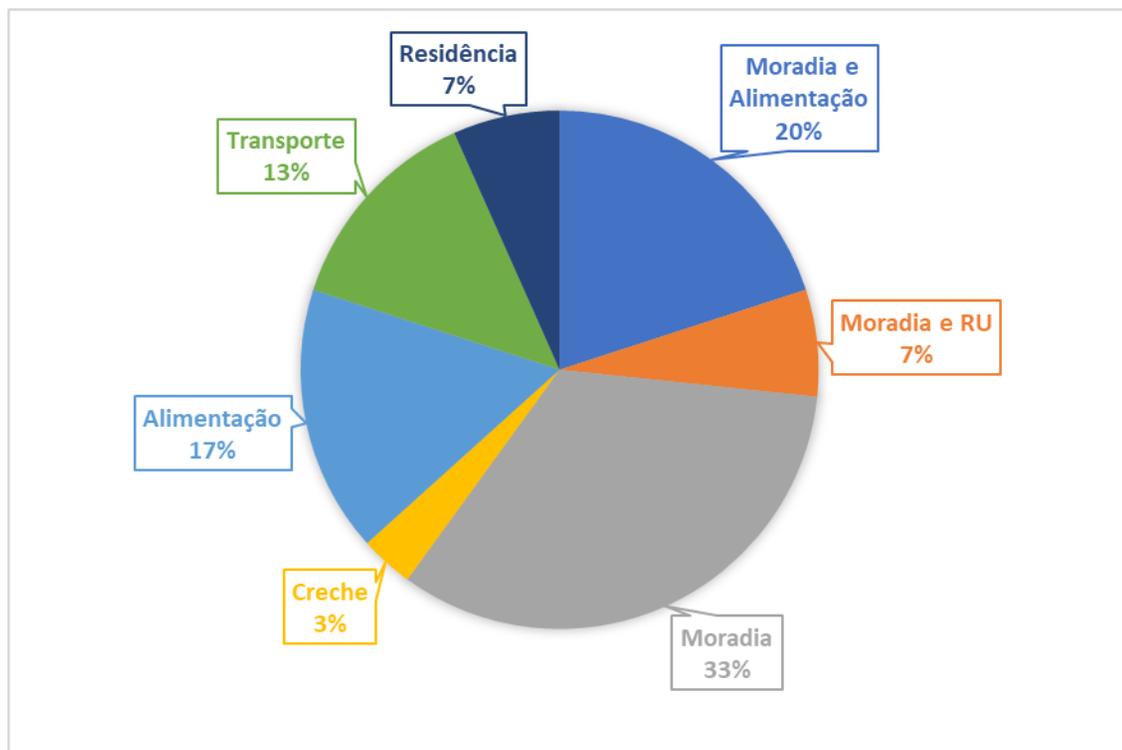
Para estruturarmos o estudo dos dados, seguindo a Análise de Conteúdo de Bardin (1977), procuramos categorizar algumas palavras que se destacaram tanto por serem mais repetidas em respostas dos pesquisados, quanto pela relevância que apresentam em trabalhos sobre o tema. Neste trabalho, as principais categorias destacadas foram: acesso, interiorização, dificuldades financeiras, permanência e auxílios estudantis.

A frequência desses termos ou códigos são apresentadas através da escolha e transcrição das respostas dos estudantes participantes, identificados com o número dos questionários respondidos, de Estudante 01 a Estudante 30.

Acerca dos motivos sobre não cursar uma graduação, caso o Campus IV não existisse na região, transcrevemos algumas considerações relevantes:

- Dinheiro para manter os custos, como transporte, residência e alimentação por exemplo (ESTUDANTE 03, 2021).
- Particular não posso pagar e não tenho disponibilidade para outra cidade (ESTUDANTE 04, 2021).
- Acredito que, não teria passado na seleção unificada (Estudante 22, 2021).
- Não me deslocaria para outra cidade (ESTUDANTE 25, 2021).
- Sem renda para ir a outra universidade mais longe (ESTUDANTE 29, 2021).

A terceira parte do questionário aplicado classifica os auxílios estudantis recebidos pelos estudantes pesquisados.

Gráfico 4 - Tipos de auxílios recebidos

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

Conforme apresentado no Gráfico 4, a pesquisa mostra estudantes beneficiados com todos os auxílios ofertados no Campus IV. A divisão dos auxílios no gráfico se assemelha, proporcionalmente, a distribuição destes no CCAE, de acordo com o quantitativo divulgado pela PRAPE.

Os auxílios com o maior número de alunos beneficiados, Moradia (33%), Moradia e Alimentação (20%), e Alimentação (17%), evidencia carências básicas dos estudantes do Campus IV, um campus do interior, localizado em uma região pobre do estado, em que muitos dos seus estudantes para permanecerem na universidade precisam principalmente de moradia e alimentação.

Sobre o número de períodos letivos que os estudantes recebem os auxílios do Gráfico 04, as respostas variaram entre 01 a 09 períodos. A partir dessas respostas foi feito o seguinte questionamento: *Receber o auxílio estudantil melhorou seu desempenho acadêmico?*

De acordo com Vasconcelos (2010), a assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante

desenvolva-se perfeitamente durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

No Campus IV, de acordo com tabela abaixo, mostramos, segundo as repostas dos estudantes, se o auxílio estudantil melhorou seu desempenho acadêmico e de que forma.

Tabela 9 – (Questão 15) Contribuição do auxílio estudantil para a melhoria do desempenho acadêmico

Sim	Número de participantes	*Percentual
1. Contribui, apesar do valor do auxílio ser pequeno.	1	4%
2. Permite deslocar-se para Universidade.	1	4%
3. Ajuda a manter o foco nos estudos, sem se preocupar em como manter-se na universidade.	15	50%
4. Possibilita cursar uma universidade pública	1	4%
Não		
1. Já se dedicava aos estudos antes de receber auxílio	1	4%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021). * Valores percentuais arredondados

A maioria dos estudantes que responderam a questão da tabela 9 afirmam que receber os auxílios do PNAES os ajudou a manter o foco nos estudos, pois não precisariam preocupar-se com a sua manutenção na universidade, embora, as políticas de assistência estudantil nas IFES, conforme afirmam Nakamura, Castelo Branco e Jezine (2016), ainda se configurarem tímidas, apesar de estudos mostrarem maior presença de alunos oriundos de camadas populares, mais de 90%, incluídos nas universidades públicas por meio da política de expansão e acesso ao ensino superior, pós-LDB. Ainda, segundo os autores, as instituições passam, portanto, a conviver com o desafio de fazer os estudantes permanecerem na universidade diante de todas as dificuldades em conseguir acompanhar ou prosseguirem nos seus cursos, tendo que conciliar trabalho, estudo e sobreviver financeiramente diante das ações acanhadas das políticas de assistências estudantis nas IES.

Apesar dos programas de assistência estudantil não possibilitarem a cobertura ideal para promover a permanência nas IFES, no Campus IV o programa tem demonstrado, de acordo com as repostas dos sujeitos da pesquisa, ser uma das ferramentas primordiais no desafio de mantê-los na universidade.

Abaixo, algumas respostas sobre a pergunta se a assistência estudantil melhorou seu desempenho acadêmico.

- Sim, porque a preocupação com não ter dinheiro para pagar o aluguel e comer afetava a minha produtividade (ESTUDANTE 01, 2021).
- Sim, pois se dependesse de trabalhar para ganhar um dinheiro, não ia ser possível estudar pois o curso exige muito estudo (ESTUDANTE 02, 2021).
- Não, porque sempre me dedico bastante aos estudos mesmo antes dos auxílios, embora, seja de grande importância (ESTUDANTE 03, 2021).
- Sim. Porque tive como permanecer na cidade e assim ter mais tempo para estudar e trabalhar em pesquisas (ESTUDANTE 04, 2021).
- Sim, porque viabilizou o pagamento de aluguel, dentre outras despesas para eu poder assistir as aulas no campus, sem ele eu nunca teria a oportunidade de estudar na UFPB (ESTUDANTE 08, 2021).
- Sim. Pois, preciso manter os resultados para continuar sendo auxiliado e o dever moral de pagar os estudos com desempenho (ESTUDANTE 24, 2021).
- Sim, eu consigo me manter focada nos estudos e não pensar em trabalhar pra conseguir me manter (ESTUDANTE 28, 2021).

Na sequência, os gráficos 05 e 06 apresentam algumas percepções dos estudantes com relação ao papel que a assistência estudantil desempenha na sua graduação.

Gráfico 5 e Gráfico 6 – A Assistência Estudantil na trajetória dos estudantes do CCAE

16. O AUXÍLIO ECONÔMICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB:

27 respostas



19. SEM O RECEBIMENTO DO(S) AUXÍLIO(S) FORNECIDOS PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB, VOCÊ TERIA CONDIÇÕES DE PERMANECER ESTUDANDO?

29 respostas



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

Os dois gráficos, apresentam a assistência estudantil com um papel relevante na itinerário dos estudantes de graduação do Campus IV, à medida que o primeiro (gráfico 05) indica que para mais de 50% dos estudantes pesquisados, o auxílio recebido *É elemento decisivo para sua permanência no curso*; para os demais, *O auxílio ajuda em alguma medida* (22%), ou *Ajuda pouco, mas sem ele seria difícil continuar o curso* (22%).

No cenário, Sem o recebimento do auxílio do PNAES, mais de 80% dos estudantes da pesquisa afirmaram que *não teriam condições de continuar estudando*, 65% por *não terem outras formas de renda*, e 24% *pelos pais não poderem mantê-los com ajuda financeira na universidade*. Assim, os auxílios do PNAES, no CCAE aparentam estar contribuindo de forma real no percurso da graduação de muitos estudantes do campus, para uns com maior intensidade do que para outros.

O Censo da Educação Superior (INEP, 2017) mostra que os maiores índices de conclusão e menores índices de evasão, na educação superior estão associados à participação discente em atividades e programas acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, bem como sua cobertura por programas de assistência estudantil. A esta última associação, embora a cobertura dos programas de assistência estudantil não ser a idealizada para promover a conclusão e evitar a evasão, na Questão 20 da pesquisa tentamos perceber dos alunos a importância dos auxílios do PNAES para sua permanência na universidade. Dividimos as repostas em, os que consideravam as bolsas importantes e acreditavam contribuir diretamente para a sua permanência; e os que

consideravam as bolsas importantes, mas acreditavam não contribuir diretamente para sua permanência na universidade.

Tabela 10 – (Questão 20) A importância do PNAES para permanência

Muito importante	Número de participantes	Percentual
É importante. Contribui diretamente para minha permanência na universidade	23	76%
Pouco importante		
É importante. Mas não contribui diretamente minha permanência na universidade	2	10%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021). * Valores percentuais arredondados

Para 76% dos estudantes pesquisados, os Programas de Assistência Estudantil contribuem diretamente para sua permanência no Campus IV, esse resultado é ratificado quando perguntamos: Qual a sua situação sem os benefícios da assistência estudantil?, 53,3% dos estudantes reponderam: *Trancariam ou desistiriam do curso*.

Assim, em diferentes perguntas elaboradas para essa pesquisa, a assistência estudantil mostrou, de acordo com os estudantes pesquisados, interferir de forma positiva na trajetória dos alunos de graduação do Campus IV. Desse modo, pedimos aos pesquisados que registrassem aspectos da assistência estudantil que eles consideravam positivos.

Tabela 11- (Questão 23) Aspectos Positivos da AE, no CCAE

Aspectos	Número de participantes	*Percentual
1- Os auxílios contribuem para permanência na universidade	14	46%
2- Motivação	4	13%
3- Apoio da equipe técnica	2	6%
4- Abertura de vagas todo período letivo	1	3%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021). * Valores percentuais arredondados

De acordo com a Tabela 11, apesar dos auxílios da assistência estudantil não ser apontada como responsável pela permanência na educação superior, grande parte dos estudantes pesquisados do Campus IV indicam os auxílios como colaborador da sua permanência. Abaixo, destacamos algumas respostas, sobre aspectos apontados por eles como acervos da assistência estudantil no Campus IV.

- Auxílio moradia para permanecermos na cidade e RU para termos mais tempo durante o dia para estudar (ESTUDANTE 04, 2021).
- Todos os auxílios fornecidos ajudam demais com o dia a dia na universidade, principalmente dos cursos integrais (ESTUDANTE 05, 2021).
- Na minha opinião, essa ajuda nesses termos, motiva os alunos de maneira que suas dificuldades possam ser resolvidas, transformadas em algo melhor, que tragam alegria para o estudante em sua jornada. Considero positivo também o atendimento dos profissionais que nos mantém informados, cada um mais prestativo que o outro, se disponibilizando para esclarecer dúvidas, dando conselhos sobre a permanência nos cursos, e volta por cima (caso o cenário se encaixe como tal) (ESTUDANTE 08, 2021).
- Ajuda, segurança, incentivo a permanência (ESTUDANTE 13, 2021).
- O acesso ao ensino superior para pessoas como nós, pessoas de periferia, nos ajudar a nos manter alimentados e com um teto pra dormir (Estudante 22, 2021).
- A ajuda de custo pois não é fácil se manter estudando e se preocupando como sobreviver (ESTUDANTE 25, 2021).
- O auxílio me dá condições de continuar, sem ter que me preocupar com trabalhos extras (ESTUDANTE 26, 2021).
- A segurança que a assistência trás. A maneira como os auxílios são eficazes, como com o auxílio o estudante mais humilde consegue focar nos estudos (ESTUDANTE 28, 2021).

Todavia, de acordo com os estudantes, a assistência estudantil no CCAE também apresenta pontos negativos, pedimos então, que os discentes listassem alguns:

Tabela 12 – (Questão 24) Aspectos Negativos da AE, no CCAE

Aspectos	Número de pesquisados	*Percentual
1. Baixo valor dos auxílios	7	23%
2. Poucas vagas nos processos seletivos	4	13%
3. Falta de calendário fixo para pagamento dos auxílios	3	10%
4. Falta de regras de convívio na Residência Universitária	1	3%
5. Falta de acompanhamento dos assistidos	1	3%

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021). * Valores percentuais arredondados

É consenso entre muitos autores que escrevem sobre o tema da Assistência Estudantil, como também entre muitos estudantes, conforme demonstrado nesta pesquisa, que o baixo valor dos auxílios é apontado como um dos pontos negativos do programa, o qual não possibilita o alcance desejado para promoção da permanência no ensino superior.

Na sequência, listamos algumas respostas consideradas pertinentes sobre os aspectos negativos da Assistência Estudantil no CCAE, apontados pelos alunos:

- As poucas vagas e o processo de seleção que costuma ser bem confuso (ESTUDANTE 05, 2021).
- O fato da quantidade de vaga não ser compatível com a demanda (ESTUDANTE 16, 2021).
- O valor não suficiente em alguns casos para passar o mês (ESTUDANTE 19, 2021).
- Resultados dos auxílios demoram sair, acabam causando o abandono do curso para o discente que não tem recurso para continuar (ESTUDANTE 20, 2021).
- Não dar suporte o suficiente para estudantes de baixa renda (ESTUDANTE 23, 2021).
- Pouca divulgação, pouca oferta, valores baixos que não condizem com a realidade (ESTUDANTE 26, 2021).
- É preciso ser mais presente, verificar os que mais precisam (ESTUDANTE 29, 2021).

Na sequência da pesquisa, pedimos aos alunos que, diante da sua realidade vivenciada como os auxílios do PNAES no Campus IV, registrassem sugestões que eles acreditavam poder melhorar a Assistência Estudantil desenvolvida no CCAE. A tabela abaixo apresenta as propostas dos participantes, algumas sugestões se repetiram a vários participantes, como o aumento do valor dos auxílios e do número de estudantes contemplados.

Quadro 3- (Questão 25) Propostas dos estudantes para AE do Campus IV

- 1- Aumentar o valor dos auxílios.
- 2- Calendário fixo para pagamento.
- 3- Atender de outras formas alunos que, por algum critério, não foram contemplados.
- 4- Mais vagas.
- 5- Maior divulgação dos editais de seleção.
- 6- Atendimento quanto à dúvidas da documentação pedida.
- 7- Maior controle quanto a real necessidades dos beneficiários.
- 8- Analisar melhor as dificuldades dos estudantes que buscam os auxílios.
- 9- Verificar se o programa atende as necessidades dos beneficiários.
- 10- Otimizar os processos solicitação dos auxílios.
- 11- Clareza e objetividade nos editais.
- 12- Facilitar os cadastros para os auxílios.
- 13- Desburocratizar o processo de seleção.

Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

Abaixo, algumas respostas que compuseram as sugestões do quadro 3.

-Aumentar o valor seria ideal, também se tivesse um calendário definido seria muito bom, tem mês que atrasa e não há nenhum aviso sobre isso (ESTUDANTE 01, 2021).

- A questão da residência universitária, e uma melhor observação nas pessoas que recebem, porque muitas delas tem boas condições financeiras, e acabam tomando o lugar de uma que precisa. Uma melhor observação na documentação futura de alunos seria interessante, pois, muitos estão precisando de assistência e acabam ficando de fora (ESTUDANTE 08, 2021).

- Buscar analisar as dificuldades dos estudantes e procurar entender se os auxílios conseguem suprir as necessidades desses estudantes (ESTUDANTE 25, 2021).

- Maior amplitude para os estudantes, mais divulgação para os que moram em outras cidades e apenas vem pra o Campus para aulas (ESTUDANTE 24, 2021).

- Melhorar a comunicação com os estudantes, facilitar o cadastro deles em auxílios, aumentar o número de vagas, principalmente, na questão de alimentação, pois esse sim faz a maior diferença (ESTUDANTE 29, 2021).

Observamos que os alunos, pelas respostas dadas, demonstram conhecimento principalmente em relação aos benefícios dos programas de alimentação, moradia e transporte, e acreditam que a maior abrangência dos dois primeiros seria fundamental para a melhoria do programa no CCAE. Uma outra carência revelada através da questão 25 é a comunicação por meio dos editais dos processos seletivos, em que estudantes mostraram sentir dificuldades com a divulgação e a compreensão da forma de seleção.

Por fim, os resultados dessa pesquisa, com suas respectivas etapas serão encaminhadas através de um relatório diagnóstico à Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) do CCAE como forma de discussão sobre o tema ainda não debatido no campus. Espera-se que, com a divulgação do perfil do estudante beneficiário com os auxílios do PNAES, como também a apresentação de aspectos do programa considerados pelos alunos como positivos e negativos à sua trajetória na graduação, a CAE tenha ciência como a assistência estudantil atua na vida acadêmica dos alunos do CCAE.

O envio desse relatório ainda tem a intensão que a Coordenação de Assistência Estudantil, dentro de suas possibilidades, implemente as ações propostas de melhorias do programa sugeridas pelos estudantes na pesquisa. Afinal, se as ações desenvolvidas pelo PNAES tem como objetivo promover a permanência na universidade, conhecer a relação dessas ações com o perfil socioeconômico dos estudantes do Campus IV, nos parece bastante relevante.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL - PPGAES

ANA CRITINA CRISPIM MAURÍCIO

RELATÓRIO DIAGNÓSTICO SOBRE A PESQUISA:

**A RELAÇÃO ENTRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PERFIL
SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO CCAE - CAMPUS IV DA UFPB**

JOÃO PESSOA

2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. AMOSTRA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E ACADÊMICO DOS ESTUDANTES DO CAMPUS IV DA UFPB.
2. AMOSTRA DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES RELATIVA AOS PROGRAMAS DO PNAES IMPLEMENTADOS NO CAMPUS IV.
3. PROPOSTA DE AÇÕES PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CAMPUS IV.

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar a comunidade acadêmica do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE), em especial à Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) deste campus, os resultados da pesquisa sobre **A relação entre a Assistência Estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do CCAIE - Campus IV da UFPB**, de autoria da servidora, lotada no Campus IV, Ana Cristina Crispim Maurício, discente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional (PPGAES), orientanda do Professor Mariano Castro Neto.

As políticas de expansão da educação superior no Brasil, nos últimos vinte anos sofreram um processo de ampliação significativo, principalmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Diversos trabalhos desenvolvidos sobre as ações de expansão das IFES demonstram que o acesso ao ensino superior foi parcialmente alcançado, logo, o debate deve ser também sobre a garantia de permanência e formação de qualidade nessas instituições.

Para fins de permanência, no sentido de minimizar as dificuldades dos estudantes de baixa renda permanecerem na universidade, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2010 ganha legitimidade na agenda do Governo e alcança o *status* de política pública de Estado, através do Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010. O PNAES vem se constituindo em uma importante estratégia, cujo objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (BRASIL, 2010)¹.

O Campus IV, fruto da adesão da UFPB à política de expansão da educação superior, Programa Expandir, Expansão com Interiorização (2003-2006), implantado nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, tem demonstrado ser um campus universitário que demanda por políticas de assistência estudantil, tendo em vista estar localizado em uma região com pouco desenvolvimento econômico, de acordo com o Projeto de criação e implantação do Campus IV (2005)². Nossa pesquisa, portanto, tem a intenção de compreender a relação entre as ações do PNAES, desenvolvidas no CCAIE e o perfil socioeconômico dos seus estudantes.

¹ BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência estudantil/PNAES

² UFPB. **Campus IV (Litoral Norte) Projeto de criação e implantação**. Novembro de 2005.

A pesquisa foi realizada com 30 estudantes dos cursos diurnos e noturnos do CCAE - Unidade Rio Tinto (Bacharelado em Antropologia, Ecologia, Design, Sistemas de Informação e Licenciatura em Ciência da Computação e Matemática) matriculados em disciplinas no período letivo 2019.2, e que tenham usufruído do auxílio estudantil neste semestre letivo. A estes alunos foi enviado um questionário eletrônico com 25 perguntas, de múltipla escolha, em que tentamos traçar uma amostra do perfil econômico e acadêmico dos estudantes, e questões discursivas em que buscamos apreender deles como as ações do PNAES atuam no percurso da sua graduação.

A pesquisa O papel da assistência estudantil na trajetória universitária dos estudantes do CCAE - Campus IV da UFPB foi devidamente avaliada e aprovada para execução pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde – CCS/UFPB, através do Parecer Nº 4.473.223 e cumpre os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Abaixo, seguem os principais dados obtidos através da pesquisa.

1 AMOSTRA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E ACADÊMICO DOS ESTUDANTES DO CAMPUS IV DA UFPB

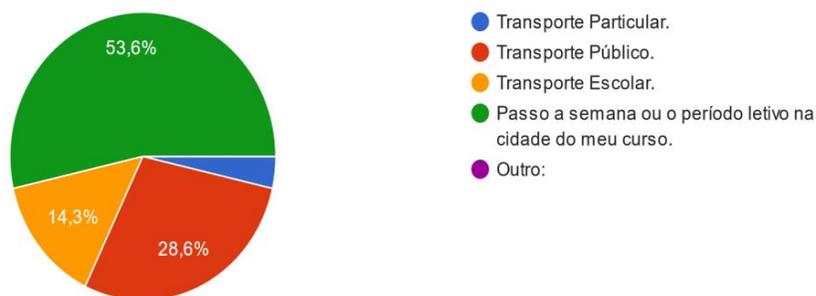
A pesquisa realizada entre os meses de março e maio de 2021, com 30 alunos dos cursos da Unidade Rio Tinto, sobre a relação entre a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação do Campus IV da UFPB, nos apresentou, por amostragem, que a faixa etária dos estudantes do CCAE é em sua maioria de jovens entre 18 e 24 anos (46%), que não trabalham formalmente (83%), possuem renda familiar, menor ou igual a 1(um) salário mínimo (70%) e que afirmaram colaborar na composição da renda da família (60%).

Os dados demonstraram, ainda, que os estudantes atendidos pelos auxílios estudantis são, em sua maioria, de cursos diurnos e integrais (63%). Grande parte passa a semana ou o período letivo na cidade do curso (54%), e os que se deslocam diariamente para a universidade utilizam transporte público (25%), escolar (14%) ou particular (7%).

Foi percebido que apenas 24% dos alunos estavam bloqueados, matriculados apenas nas disciplinas do seu período regular e, 80% dos discentes estavam em sua primeira graduação. Os que já desistiram de um outro curso relataram ter sido em uma Instituição de Ensino Superior pública.

Gráfico 1- Deslocamento à universidade

CASO NÃO MORE NA CIDADE DO SEU CURSO, COMO VOCÊ SE DESLOCA PARA IR AS AULAS:
28 respostas



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

Sobre a importância da interiorização do Campus IV da UFPB para promoção do acesso ao ensino superior, 46 % dos estudantes responderam que *Não cursariam uma graduação, se o*

Campus IV não existisse na região. Quanto as justificativas a essa resposta, destacam-se, Dificuldades financeiras (42%); e Distância (35%).

Com relação aos auxílios recebidos, o maior número de alunos é beneficiado com Auxílio Moradia (33%), Moradia e Alimentação (20%), e Alimentação (17%). Para 60% dos respondentes, *Receber o auxílio estudantil melhorou seu desempenho acadêmico* e mais da metade do público da pesquisa, 51%, *Considera o auxílio econômico da assistência estudantil, elemento decisivo para sua permanência na universidade.*

Sem o recebimento do benefício do PNAES, 89% afirmaram que *Não teriam condições de permanecer estudando*, em virtude de os pais não terem condições de mantê-los (24%) ou de não poderem trabalhar (65%). Assim, 76% dos pesquisados responderam que a Assistência Estudantil no CCAE *Contribui diretamente para sua permanência na universidade*, e sem os benefícios da assistência estudantil, 53% dos estudantes reponderam que *Trancariam ou desistiriam do curso.*

Gráfico 2 e 3- A assistência estudantil na trajetória dos estudantes do CCAE

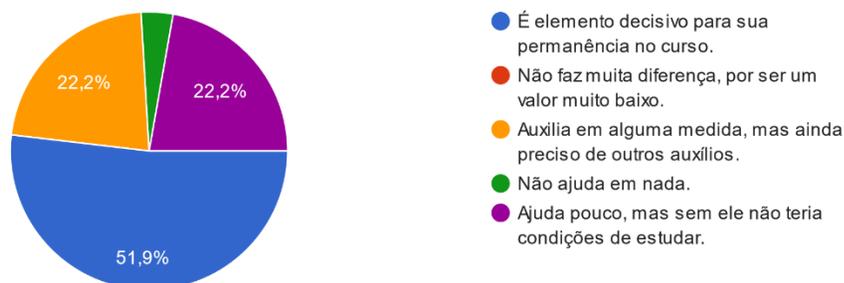
19. SEM O RECEBIMENTO DO(S) AUXÍLIO(S) FORNECIDOS PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB, VOCÊ TERIA CONDIÇÕES DE PERMANECER ESTUDANDO?

29 respostas



16. O AUXÍLIO ECONÔMICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB:

27 respostas

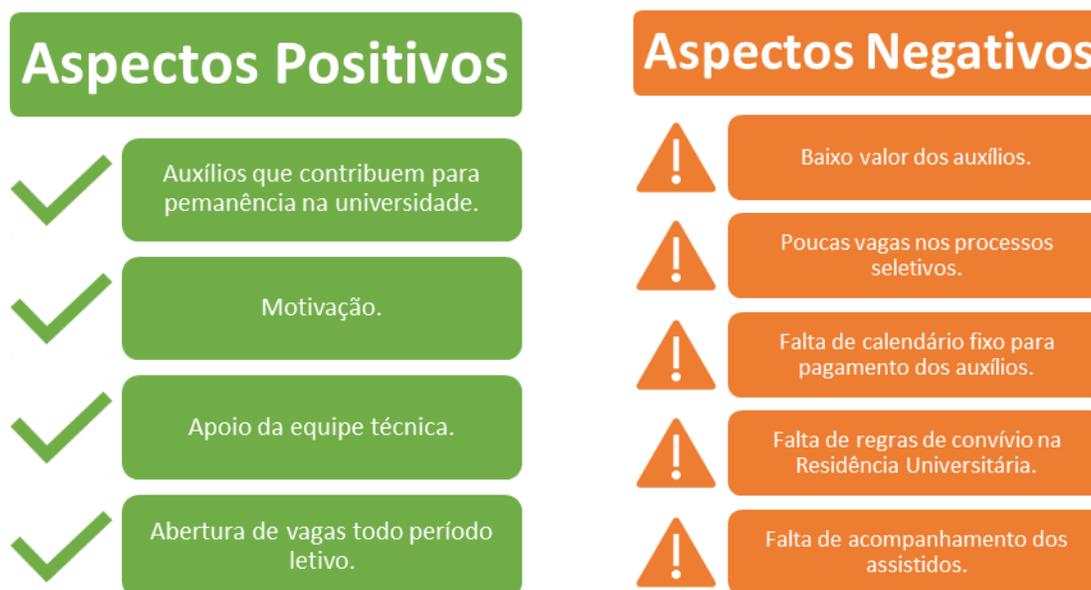


Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

2 AMOSTRA DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES RELATIVA AOS PROGRAMAS DO PNAES IMPLEMENTADOS NO CAMPUS IV

Na pesquisa também pedimos aos estudantes que apontassem, de acordo com sua experiência com os programas do PNAES, aspectos que eles consideram positivos ao programa, como também, elementos negativos da assistência estudantil. Seguem abaixo, os pontos mais indicados:

Figura 1: Aspectos considerados pelos estudantes como positivos e negativos das ações do PNAES no CCAE



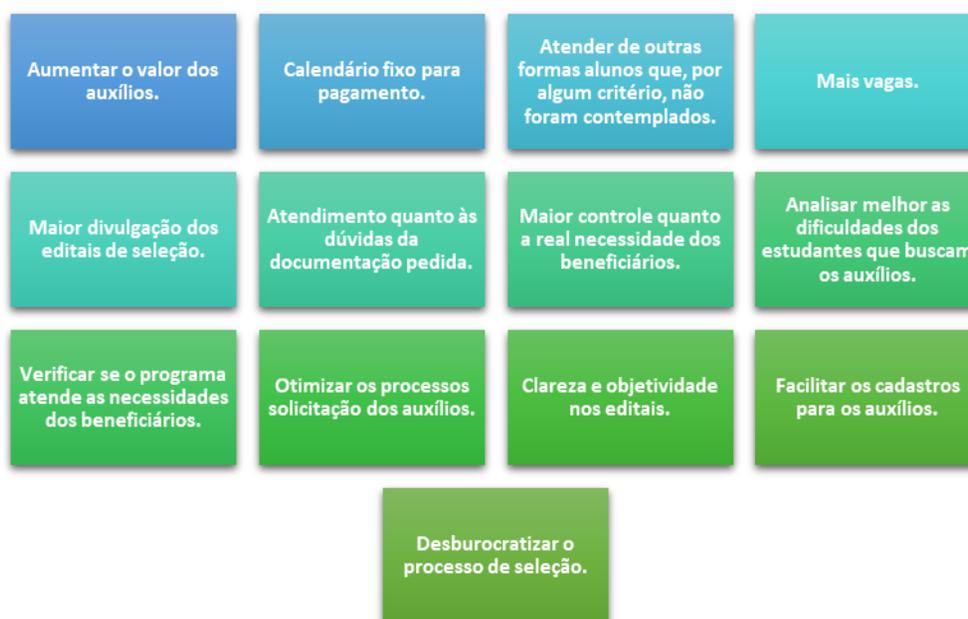
Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

3 PROPOSTA DE AÇÕES PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS IV

De acordo com estudos realizados, a Assistência Estudantil nas IFES não apresenta a cobertura ideal para promoção da permanência. Contudo, no Campus IV, apesar das limitações do programa, essa política pública de educação tem mostrado ser de extrema importância no itinerário dos estudantes desse campus.

Através da pesquisa realizada, o presente relatório busca apresentar o perfil socioeconômico e acadêmico dos estudantes do Campus IV, como também os aspectos que os estudantes consideram positivos e negativos ao programa. Essas informações, encaminhadas à Coordenação de Assistência Estudantil do CCAE, tem o objetivo de sugerir propostas de melhorias ao programa indicadas pelos próprios discentes beneficiados, a saber:

Figura 2: Propostas dos estudantes de melhorias ao PNAES no CCAE



Fonte: Dados da pesquisa realizada pela autora (2021).

Diante do exposto, sugere-se que esta coordenação, dentro de suas possibilidades, discuta, avalie e, se consideradas viáveis, implemente as propostas dos estudantes no programa de assistência ao estudante do CCAE, afim que as mesmas possam contribuir ainda mais durante o período que o aluno estiver no Campus IV, no percurso de sua graduação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de pesquisa do presente trabalho, junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, através do Mestrado Profissional (PPGAES/UFPB), teve como objetivo compreender a relação entre a assistência estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do Campus IV da UFPB. Para tanto, buscamos perceber como as ações do PNAES promovidas pela Coordenação de Assistência Estudantil do CCAE contribuem de modo a facilitar o itinerário acadêmico dos estudantes deste campus.

As políticas de expansão e inclusão social nas IFES, promoveram nos últimos vinte anos, a ampliação do acesso ao ensino superior público federal. Com o acesso, aparentemente, alcançado, a atenção volta-se para a garantia da permanência e da formação de qualidade nessas instituições. Para fins de promover a permanência, no sentido de minimizar as dificuldades dos estudantes de baixa renda permanecerem na universidade, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES - Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010) vem se constituindo em uma importante estratégia, cujo objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O Campus IV, resultado da adesão da UFPB à política de expansão da educação superior, tem mostrado ser um campus que demanda por políticas de assistência estudantil, desde a sua implantação, tendo em vista estar localizado em uma região com pouco desenvolvimento social e econômico. No entanto, as políticas de assistência estudantil só foram ampliadas no CCAE, a partir da necessidade de reduzir os altos índices de retenção e evasão apresentadas no campus. Com o aumento do número de estudantes contemplados com auxílios do PNAES no CCAE, nossa pesquisa procurou analisar como esses auxílios estudantis favorecem o percurso da graduação de seus estudantes e qual a relação entre os auxílios e o perfil socioeconômico dos estudantes do Campus IV.

De início, a pesquisa nos apresentou, por amostragem, que o perfil dos estudantes beneficiários com a assistência estudantil do Campus IV é, em sua maioria, de jovens entre 18 e 24 anos, que não trabalham formalmente, que possuem renda familiar, menor ou igual a 1(um) salário mínimo vigente e que afirmam colaborar na composição da renda da família. São discentes, em maior número, de cursos diurnos e integrais, que passam a semana ou o período

letivo na cidade do curso e os que se deslocam diariamente para a universidade utilizam com maior frequência o transporte público.

Quanto ao perfil acadêmico dos estudantes do CCAE, poucos estavam bloqueados nas disciplinas do seu período regular, e quase todos os respondentes estavam em sua primeira graduação. Os que já desistiram de um outro curso relataram ter sido em uma Instituição de Ensino Superior pública.

Ao procurarmos categorizar os estudantes da pesquisa dentro do PNAES, percebemos que os auxílios que mais contemplam beneficiários no campus são, respectivamente, moradia; moradia e alimentação; e alimentação. Já as questões em que tentamos identificar como a assistência estudantil se relaciona com o perfil socioeconômico dos estudantes do CCAE, obtivemos os seguintes destaques: *Receber o auxílio estudantil melhorou seu desempenho acadêmico; O auxílio econômico da assistência estudantil é elemento decisivo para sua permanência na universidade; Sem o recebimento do benefício do PNAES, não teriam condições de permanecer estudando; A Assistência Estudantil no CCAE, contribui diretamente para sua permanência na universidade; Sem os benefícios da assistência estudantil, trancariam ou desistiriam do curso.* Logo, diante desse novo perfil de estudantes que ingressaram na educação superior, a exemplo dos estudantes do Campus IV da UFPB, há uma relação direta entre os auxílios estudantis e a garantia do direito ao acesso ao ensino superior.

Como último objetivo proposto da pesquisa, levantamos novas demandas para assistência estudantil do Campus IV, sugeridas pelos próprios discentes beneficiados, a partir de suas experiências com o programa. Assim, o resultado do perfil socioeconômico e acadêmico dos estudantes, como também suas propostas, afim de serem implementadas ao programa, serão encaminhados à Coordenação de Assinências Estudantil do CCAE para que esta tome conhecimento do papel que o programa desempenha no percurso da graduação dos estudantes do campus e desse modo, possa promover discussões sobre a temática com propósito de aperfeiçoamento da assistência estudantil no Campus IV.

REFERÊNCIAS

ANDIFES/FONAPRACE. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras-2018**. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis, Urbelândia: 2019. Disponível em: https://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/relatorio_executivo_v_pesquisa_do_perfil_dos_graduandos.pdf Acesso em 06 de ago. 2021.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Elizabeth. Superação e permanência: políticas públicas de educação brasileira e neoliberalismo. *In*: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. **O Brasil sob nova ordem: a economia brasileira contemporânea- uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia: um guia para iniciação científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 2000.

BRASIL. [Constituição (1934)] **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em 06 de ago. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF, Presidência da República [1988] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso 11 ago. de 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília/ DF, Presidência da República, 2001b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em 06 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.096, em 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Brasília-DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. Decreto n. 6.096, 24 de abril de 2007. Instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília-DF, Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. Decreto n. 7.234. de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília-DF, Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições de ensino técnico e médio e dá outras providências. Brasília-DF, Presidência da República 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 06 ago. 2021

BRASIL. **Lei n. 13.0005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília-DF, Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 06 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior – SESU. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas.** Comissão Especial de estudos sobre evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, SESu/MEC - ANDIFES - ABRUEM, Brasília-DF, 1997. 152p. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/102/diplomacao.pdf. Acesso em: 06 ago. 2021.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso. Ensino Superior público e privado na Paraíba nos últimos 15 anos: reflexões sobre acesso, permanência e conclusão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 52-72, mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/Lwm4JTFJMGZsgFQX4brP58v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2021.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. Alguns indicadores de permanência/abandono na Educação Superior: elementos para o debate. *In*: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A EXPANSÃO PRIVADO-MERCANTIL EM QUESTÃO. 23., 2015, Belém. **Anais [...]**. Belém/PA: UFPA, 2015.

CASTRO, Alba Tereza Barros de. Política Educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. *In*: BOSCHETTI, Ivanete. **Capitalismo em crise, política**

social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

CASTRO, Alexandre Kurtz dos Santos Sisson de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. A evasão em um curso de Psicologia: uma análise qualitativa. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 199-209, abr./jun.2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/YRM6f59TQX5stXQhyNK459c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2021.

CISLAGUI, Renato. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação.** Orientador: Sílvio Serafim da Silva Filho. 2008. 273f. Tese [Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento]- Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Versão impressa e eletrônica.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201710167954>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Y8zKhQs4W7NYgbCtzYRP4Tb/?lang=pt>. Acesso em: 06 ago. 2021.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual. *In: Reforma do Estado: Políticas de emprego no Brasil.* Campinas: Instituto de Economia/GDF/SETER, 1998.

DUARTE, Magali Saddi. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. **Revista Solta a voz**, v. 19, n. 2, p. 291-294, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5216/rp.v19i2.5949> Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/5949/4618>. Acesso em: 06 ago. 2021.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006> . Acesso em: 06 ago. 2021.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Assistência Estudantil:** uma questão de investimento, 2000.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Proposta do FONAPRACE para o Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior**, 2008.

FERRER, W. M. H. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** [s.l: s.n.].

GAIOSO, Natalicia Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil.** 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, novembro/2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 06 ago. 2021.

JEZINE, Edineide; FARIAS, Maria da Salete Barboza de; FELINTO, Jislayne Fidelis. Programas Acadêmicos: Perfil e Permanência na UFPB. 24., 2016. Maringá. *In: XXIV SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR. Anais [...]*, Maringá-PR: Universidade Estadual de Maringá, 2016.

KOWALSKY, Aline Vieiro. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia dos direitos**. 2012. 180f. Tese [Doutorado em Serviço Social]- Pontífca Universidade Católica do Rio Grande do sul, Porto Alegre, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. *In: ROCHA, Cecília Eugenia. Evasão no Ensino Superior*. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2012. p. 9-58.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência Estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: Andreia Clapp Salvador. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontífca Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MANCEBO, Deise. O golpe de 2016 e os impactos para a educação superior brasileira. **Revista Educação em Questão**, v. 56, n. 49, p. 62–84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2018v56n49ID14477>. Acesso em 06 ago. 2021.

MELO, Lívya Velede de Sousa. **Democratização do acesso à educação superior pública no Distrito Federal** – Universidade de Brasília/ Faculdade UnB Planaltina. Orientador: José Vieira de Sousa. 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de PósGraduação em Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 21^a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

MOTTA-ROTH, Désirée.; HENDGES, Gaciela Rabuske. **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola Editora, 2010.

NAKAMURA, CASTELO BRANCO, JEZINE,. Fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições superiores: estudo-piloto na UFPB. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR. 25., 2017, Brasília. **Anais [...]**Brasília/DF, Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/nepes/contents/documentos/trabalhos-publicados-em-anais/fatores-que-influenciam-na-permanencia-de-alunos-em-instituicoes-superiores-estudo-piloto-na-ufpb.pdf/view>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NASCIMENTO, F. dos S. Expansão e interiorização das universidades federais: Uma análise do processo de implementação do Campus do Litoral Norte da UFPB. 2013. 148f. Dissertação (Mestrado em Administração). UFPB, João Pessoa, 2013.

SOUZA, Daniele Graciane de. Acesso e Permanência na UFPR: uma análise da política de assistência estudantil (2010-2014). Dissertação de Mestrado em Educação - Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Versão impressa e eletrônica.

FONAPRACE . Revista Comemorativa 25 Anos. **Histórias, memórias e múltiplos olhares**. Minas Gerais: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macedo. **Um estudo sobre o papel da UFPB Campus IV a partir da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento da região do Vale do Mamanguape**. 2014. 206f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração PROPAD, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

PINTO, Caroline Casagrande; DAVID, Marcos Vinícius; MACHADO, Carla Silva. A Política de Assistência Estudantil no Brasil: O Caso da Universidade Federal de Juiz de Fora. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA (CIGU). 15., Mar Del Plata-Argentina, 2015. **Anais [...]**, Mar Del Plata- Argentina, 2015.

PRESTES, Emília Maria da Trindade.; SOUSA JUNIOR, Luiz de. Expansão e financiamento da educação superior no contexto de crise econômica e de ajuste fiscal. **Revista Educação em Questão**, v. 55, n. 46, p. 161-187, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n46ID13296>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica: como favorecer o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony; MELLO, Euler P. G. De; MELLO, Andrea S. Desempenho no Vestibular, Background Familiar e Evasão: Evidências da Universidade Federal

de Pernambuco. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 287-309, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-80502011000200006>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SCHIAVINI, Janaina Mortari.; GARRIDO, Ivan. Análise de Conteúdo, Discurso ou Conversa? Similaridades e Diferenças entre os Métodos de Análise Qualitativa. **Revista ADM.MADE**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 1-12, 2018. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/admmade/article/viewFile/5225/47965142>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SECCHI, Leonardo . **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, João Augusto Ramos e. **Permanência de alunos nos cursos presenciais e a distância em Administração: contribuições para a gestão acadêmica**. 2012. 275f. Tese [Doutorado em Administração]- Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: 2012.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. **Qualit@s- Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz De Carvalho Melo . A evasão no Ensino superior no Brasil. **Cadernos de pesquisa**. v. 37, n. 132, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x44X6CZfd7hqF5vFNnHhVWg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior : uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Política Social)- Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, 2012. p. 1-137. Versão impressa e eletrônica.

SOUZA, Daniele Graciane de. **Acesso e Permanência na UFPR: uma análise da política de assistência estudantil (2010-2014)**. 2016.150f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Versão impressa e eletrônica.

TINTO, Vicent. *Stages of student departur: reflections on the longitudinal character of student leaving*. **Journal of Higher Education**, v. 59, n. 4, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1981920>. Acesso em: 10 ago. 2021.

TROW, Martin A. *Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII*. **Berkeley**: University of California, 2005. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>. Acesso em 01 set. 2020.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma

análise da evolução da Assistência estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010. disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>. Acesso em: 10 ago. 2021.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; MACIEL, Carina Elisabeth . Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**, v. 51, n. 37, p. 224–250, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7178>. Acesso em: 10 ago. 2021.

VELOSO, T.C.M.A.; NOGUEIRA, P.C.; LUZ, J.N.N. Políticas Públicas de Acesso na Educação Superior: uma análise a partir dos indicadores da realidade. Interfaces da Educação Superior no Brasil. In SOUSA, Andreia da Silva Quitanilha; CAMARGO, Arlete Maria Monte. **Interfaces da Educação Superior no Brasil**. Curitiba, CRV: 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB. Campus IV (Litoral Norte) Projeto de criação e implantação. Novembro de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório da Análise de Formação , Retenção e Evasão de Alunos de Graduação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação** – CCAE João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/15XO9mTqJSXUPVuM0OLIORpy-cFtqi474ESc6f8o1dwc/edit>. Acesso em: 10 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB.. **Resolução nº 29**. Cria e Estrutura a Pró-reitoria de Assistência e promoção ao Estudante. João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/conselhossuperiores>. Acesso em 02 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB. **Relatório de Gestão 2016**. Ministério da Educação, Secretaria De Educação Superior, Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa, 2016. Disponível em <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2016.pdf>. Acesso em 02 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB. **Relatório de Gestão 2018**. João Pessoa, 2018. Disponível em <https://drive.ufpb.br/s/t3XKdyTzDiYt2Bf#pdfviewer>. Acesso em 02 abr. 2020.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.11, n. 32, p. 227-370, maio/ago., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?format=pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário aplicado aos discentes

Caro Estudante,

No sentido de buscarmos compreender a relevância da Assistência Estudantil para a permanência no Campus IV da UFPB, gostaríamos de contar com a sua participação nesta pesquisa, que está sendo desenvolvida pela Técnica Administrativa Ana Cristina Crispim Maurício, mestranda do MPPGAV-UFPB, sob a orientação do Professor Mariano Castro Neto.

Suas informações são fundamentais para o sucesso da nossa pesquisa e solicitamos sua colaboração e autorização para apresentar os resultados em produtos acadêmicos, mantendo em sigilo seu nome. Sua participação é voluntária e, portanto, não está obrigado(a) a fornecer as informações, não havendo nenhum dano ou modificação em alguma assistência que receba na instituição, cumprindo os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário.

Desde já agradecemos sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

1. SEXO:

() masculino

() feminino

2.IDADE: _____

3. CIDADE QUE RESIDE: _____

4.CURSO DE GRADUAÇÃO: _____

5. TRABALHA:

() SIM;

Em que trabalha? _____

NÃO;

6. RENDA DA SUA FAMÍLIA:

7. VOCÊ PARTICIPA DA VIDA ECONÔMICA DA SUA FAMÍLIA:

SIM;

NÃO;

8. CASO NÃO MORE NA CIDADE DO SEU CURSO, COMO VOCÊ SE DESLOCA PARA IR AS AULAS:

Transporte particular

Transporte público

Transporte Escolar

Passo a semana ou o período letivo na cidade do meu curso

Outro.

9. EM QUE ANO VOCÊ INGRESSOU NESTE CURSO E EM QUE PERÍODO ESTÁ:

Ano de ingresso _____

Período letivo atual _____

Estou bloqueado

Estou desbloqueado

10. JÁ DESISTIU DE OUTRO(S) CURSO(S) DE GRADUAÇÃO:

SIM, já desisti;

Era uma instituição pública Era uma instituição privada

Qual o motivo da desistência? _____

NÃO desisti;

11. SE O CAMPUS IV NÃO EXISTISSE NAS CIDADES DE RIO TINTO E MAMANGUAPE, COMO VOCÊ FARIA PARA CURSAR UMA GRADUAÇÃO:

- Cursaria em outra Instituição de Ensino Superior (IES) em outra cidade;
 - Cursaria em uma IES particular;
 - Não cursaria uma graduação. Qual o motivo? _____
-

12. QUAL O TIPO DE AUXÍLIO ESTUDANTIL VOCÊ RECEBE NO CAMPUS IV?

13. HÁ QUANTOS PERÍODOS VOCÊ RECEBE ESSE AUXÍLIO?

14. RECEBER O AUXÍLIO ESTUDANTIL MELHOROU SEU DESEMPENHO ACADÊMICO:

- SIM;
Por que ? _____
- NÃO;
Por que ? _____

15. O AUXÍLIO ECONÔMICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB:

- É elemento decisivo para sua permanência no curso;
- Não faz muita diferença, por ser um valor muito baixo;
- Auxilia em alguma medida, mas ainda preciso de outros auxílios;
- Não ajuda em nada;
- Ajuda pouco, mas sem ele não teria condições de estudar;

16. SOBRE OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS IV DA UFPB:

- Os programas de assistência estudantil são amplamente divulgados.

- É fácil e simples candidatar-se a um programa de assistência.
- Os recursos fornecidos pelos programas são eficientes.
- Os recursos fornecidos pelos programas são suficientes.

17. QUAL O PRINCIPAL MOTIVO PARA VOCÊ TER PARTICIPADO DOS EDITAIS DE SELEÇÃO DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS?

- Meu curso não possibilita que eu trabalhe;
- Sem o auxílio, meus pais não conseguem me manter estudando;
- O valor que recebo de ajuda dos meus pais não é suficiente para manter meus estudos;
- Não tenho outra fonte de renda, não tendo assim outra forma de me manter estudando;
- Por achar que é um dever do Estado auxiliar na manutenção do aluno na universidade;
- Por ser um dos benefícios disponíveis nas Instituições Federais;

18. SEM O RECEBIMENTO DO(S) AUXÍLIO(S) FORNECIDOS PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPB, VOCÊ TERIA CONDIÇÕES DE PERMANECER ESTUDANDO?

- Sim, meus pais poderiam custear meus gastos;
- Sim, trabalho e posso me sustentar com o que ganho;
- Não, não teria como trabalhar e não tenho outras formas de geração de renda;
- Não, meus pais não tem condições de me manter;

19. NA SUA PERCEPÇÃO O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL É IMPORTANTE PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CAMPUS IV?

- SIM;

Justifique: _____

- NÃO;

Justifique _____

20. QUAL A SUA SITUAÇÃO SEM OS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?

- Pediria auxílio a pais/parentes;

- Procuraria trabalho e continuaria estudando;
- Trancaria ou desistiria do curso;
- Teria condições de continuar estudando da mesma forma;
- Buscaria outra instituição;
- Outros _____

21. EM RELAÇÃO A SUA PERMANÊNCIA NO CURSO: (se considerar necessário, marque mais de uma opção).

- Eu pretendo continuar matriculado no curso.
- Eu continuo no curso porque a família ajuda.
- Eu continuo no curso porque estou num programa acadêmico de bolsas de estudo.
- Eu continuo no curso porque estou inserido no programa de assistência estudantil.
- Eu continuo no curso por força de vontade.
- Eu continuo no curso porque me proporciona boa perspectiva profissional
- Eu continuo no curso porque proporcionará minha ascensão social.
- Os professores do curso motivam o aluno a permanecer e concluir o curso
- De maneira geral, eu estou satisfeito com o curso.

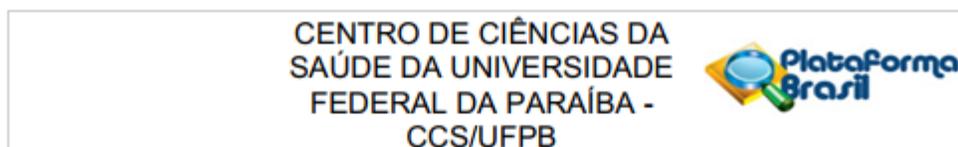
22. QUAL/QUAIS FATOR(ES) DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL VOCÊ CONSIDERA COMO POSITIVO(S) PARA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NO CAMPUS IV E POR QUÊ?

23. QUAL/QUAIS FATOR(ES) DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL VOCÊ CONSIDERA COMO NEGATIVO(S) PARA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NO CAMPUS IV E POR QUÊ?

24. APONTE ASPECTOS QUE VOCÊ ACREDITA QUE PODEM MELHORAR O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS IV.

ANEXO

ANEXO A - Aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA NO CAMPUS IV DA UFPB: LIMITES E POSSIBILIDADES

Pesquisador: Ana Cristina Crispim Maurício

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 36588020.3.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.473.223

Apresentação do Projeto:

Resumo:

Este trabalho tem como tema a Política de assistência estudantil e a permanência no Campus IV da UFPB, seus limites e possibilidades. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a efetividade da assistência estudantil desenvolvida no Campus IV, identificando os fatores que contribuem para a permanência dos estudantes. A intenção é realizar uma análise sobre a relevância do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES para a permanência, na perspectiva dos estudantes atendidos pelo Programa, destacando aspectos positivos e elementos que podem causar evasão. Para delimitarmos o caminho iniciamos a parte teórica com as políticas que desencadearam a expansão da educação superior no Brasil, as causas da evasão como desafios para a permanência na universidade, as políticas públicas como demandas da educação superior, como também fizemos um breve histórico da assistência estudantil realizada no ensino superior e por fim, abordamos a assistência estudantil desenvolvida no Campus IV da UFPB. Quanto aos procedimentos metodológicos foram utilizadas pesquisas bibliográficas e documental numa abordagem qualitativa, com dados analisados a partir do método de análise de conteúdo. A pesquisa de campo foi aplicada através de questionários a estudantes do campus IV beneficiados com os auxílios do PNAES. Com os resultados obtidos na pesquisa será possível detectar demandas importantes dos estudantes nessa área, que por sua vez possibilitará a apresentação de

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 4.473.223

uma proposta para a melhoria das políticas de assistência estudantil no Campus IV da UFPB.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Apresentar proposta para melhoria das políticas de assistência estudantil no Campus IV

Objetivo Secundário:

Descrever os programas de assistência estudantil ofertados no Campus IV da UFPB;

Identificar nos programas de assistência estudantil fatores que contribuem para a permanência e evasão dos estudantes nos cursos; Identificar novas demandas para programas de assistência estudantil no CCAE;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram bem avaliados e encontram-se descritos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa foi pautada conforme as diretrizes éticas previstas nas resoluções vigentes do CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados e encontra-se de acordo com as resoluções.

Recomendações:

Recomenda-se que a pesquisadora atualize o cronograma no que diz respeito à coleta de dados, de acordo com a data da emissão do parecer do Comitê de Ética.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa se encontra apta para execução, requer-se que a pesquisadora atualize do cronograma, mas sou favorável a APROVAÇÃO do referido projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
 Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UEPB**



Continuação do Parecer: 4.473.223

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1605506.pdf	09/10/2020 14:07:58		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	5_Projeto.pdf	09/10/2020 14:05:46	Ana Cristina Crispim Mauricio	Aceito
Cronograma	7_Cronograma.pdf	09/10/2020 14:01:56	Ana Cristina Crispim Mauricio	Aceito
Orçamento	8_Orcamento.pdf	10/08/2020 22:29:19	Ana Cristina Crispim Mauricio	Aceito
Outros	6_Questionario.pdf	10/08/2020 22:27:22	Ana Cristina Crispim Mauricio	Aceito
Outros	4_Ata_aprovacao_qualificacao.pdf	10/08/2020 22:15:28	Ana Cristina Crispim Mauricio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3_TCLE.pdf	10/08/2020 21:49:57	Ana Cristina Crispim Mauricio	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	2_Termo_de_anuencia.pdf	10/08/2020 21:49:21	Ana Cristina Crispim Mauricio	Aceito
Folha de Rosto	1_Folha_de_rosto.pdf	10/08/2020 21:35:19	Ana Cristina Crispim Mauricio	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 17 de Dezembro de 2020

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
 Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br